

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	3
Título: Aneel indica multa a ONS e consórcio por apagão de 2018	3
Título: México suspende compras de petróleo leve dos EUA.....	4
Título: À espera da lama da Vale, Retiro Baixo reduz lago	5
Título: Tragédia impulsiona preço do minério em janeiro.....	8
Título: Mineradora promete acelerar indenizações	10
Título: Igreja anglicana e gestores pressionam por mais segurança.....	11
Título: Justiça levanta dúvidas sobre plano da Queiroz Galvão Energia	13
Título: Copel adia prazo de Colíder novamente.....	15
Título: Dommo sofre derrota no Cade na disputa com sócias.....	15
Título: Petrobras tem cenário desafiador para recuperar reservas após nova queda	17
Título: Destaques	19
Título: Curtas	19
Título: Destaques	21
Título: Vale impõe freio à bolsa no mês.....	21
Título: Contrato de seguro da Vale não incluiria barragem inativa	23
Título: A permanência no Acordo de Paris.....	25
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	27
Título: Clyde & Co vai representar seguradoras no caso Vale	27
Título: Vale ou não?	28
Título: O fim de um símbolo escandaloso	29
Título: Crescimento econômico de baixo carbono	30
Título: Exportações de minério podem subir	33

Título: Justiça derruba interdição de terminal da Vale	34
Título: Mineradora tem bloqueios de R\$ 12,6 bi	35
Título: Câmara arquiva 22 projetos de lei sobre mineração	35
Título: Bolsonaro quer licenciamento unificado	37
Título: Doações da Vale a políticos somaram R\$ 82 mi em 2014	38
Título: Sob a lama, o lento trabalho de heróis	39
Título: Em Mariana, memória do desastre e espera por um novo lar	41
Título: Aqui o Paraopeba está morto, diz pesquisadora	42
Título: Vizinhos nem conhecem barragens em SP	43
Título: Vale buscará acordos para indenização	44
Título: Ellen Gracie lidera análise independente	45
Título: 'Se o Estado faz vista grossa, virão tragédias'	46
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	48
Título: NOTA PROMISSÓRIA	48
Título: Perdidos no espaço	48
Título: Lama e tiros	49
Título: Brumadinho não seguiu a lição	51
Título: Vale nega acesso a plano de emergência que minimizaria estragos de barragem	52
Título: 'Se sirene tivesse funcionado, minha caçula estaria viva', diz pai	55
Título: Lama avançou 98 km; governo alerta que água de rio traz riscos à saúde	56
Título: Vizinhos de barragens ignoram riscos em SP	57
Título: Tropas de Israel encerram operação sem localizar sobreviventes na lama	59
Título: Rainha Elizabeth publica nota em apoio às vítimas de Brumadinho	59
VEÍCULO: O Globo	59
Título: A cabeça de Fabio	59
Título: Minas já não está ali	60
Título: Sobrevivente de Mariana morreu em Brumadinho	61
Título: Água de rio está imprópria para consumo, diz governo	63
Título: Vale quer acordo para antecipar indenizações	64
Título: Terminal da Vale em Mangaratiba é interditado pela prefeitura	65
Título: Justiça	66
VEÍCULO: Correio Braziliense	67
Título: Transpetro tem contratos suspeitos	67
Título: Mortos chegam a 110, desaparecidos são 238	68

Título: Israelenses têm retorno antecipado.....	70
Título: Vida salva da lama.....	71
Título: Água representa risco à saúde.....	72
Título: Vale quer acordo extrajudicial	74
Título: Rejeitos avançam	75
Título: Desastres terão observatório.....	76
Título: Faltam fiscalização e punição para as empresas no Brasil	77
Título: Greenpeace apreensivo	79
Título: Medo que não cessa	81
Título: Tristes histórias	82

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Aneel indica multa a ONS e consórcio por apagão de 2018

A área técnica da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) emitiu dois autos de infração, um para a Belo Monte Transmissora de Energia (BMTE), consórcio formado pela chinesa State Grid e a Eletrobras, e outro para o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) com relação ao apagão ocorrido em março de 2018 e que atingiu todas as regiões do país e deixou o Nordeste completamente às escuras. Nos documentos, aos quais o **Valor** teve acesso, a autarquia propõe aplicar um total de R\$ 11,096 milhões em multas.

No caso da BMTE, os técnicos da agência apuraram "falha no processo de manutenção" e "responsabilidade no desligamento em função de desempenho inadequado de sistema de proteção", com multa proposta de R\$ 6,184 milhões.

Com relação ao ONS, os técnicos observaram que o órgão "deixou de observar procedimentos de rede" e que teve "responsabilidade no desligamento em função de desempenho inadequado de sistema de proteção", com multa indicada de R\$ 4,912 milhões

Os dois autos foram assinados na quarta-feira pelo superintendente de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade (SFE) da Aneel, Giácomo Bassi Almeida, e serão encaminhados à BMTE e ao ONS. A empresa e o operador terão dez dias, a contar da data de recebimento do documento, para apresentar recurso. A superintendência, então, analisará os recursos e, posteriormente, encaminhará os processos para decisão da diretoria.

A BMTE é responsável pelo primeiro linhão que transporta energia da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), para o Sudeste, com mais de 2 mil km de extensão.

Em 21 de março de 2018, uma falha em um disjuntor no sistema da BMTE provocou o desligamento de 458 linhas de transmissão e 122 usinas do Norte e Nordeste.

O apagão ocorreu no meio da tarde e o fornecimento de energia só foi completamente restabelecido às 21h do mesmo dia.

Segundo o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, a autarquia tem reduzido o período entre a emissão do termo de notificação e do auto de infração, de 400 dias, em 2016, para 280 dias, em 2018. "Nesse caso concreto, o período foi de apenas 140 dias", afirmou.

A BMTE informou, em nota, que ainda não foi notificada. "A BMTE revisará o documento quando recebê-lo e apresentará sua defesa. A BMTE entende e já demonstrou à Aneel que a empresa não tem responsabilidade pelo ocorrido".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/02/2019

Seção: Internacional

Autor: Dow Jones Newswires

Título: México suspende compras de petróleo leve dos EUA

O presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, suspendeu a importação de petróleo dos EUA, agravando uma crise de escassez de gasolina no país, que é resultado de sua decisão de fechar os principais oleodutos para reprimir o roubo de combustíveis.

A suspensão das compras de petróleo dos EUA tem dificultado o funcionamento das refinarias do México. A maior parte do petróleo mexicano é do tipo pesado que deve ser misturado com petróleo leve e outros aditivos para produzir gasolina. Algumas refinarias mexicanas, como Salamanca, exigem uma proporção maior do petróleo leve devido a falta de investimento.

Mas López Obrador fez campanha prometendo tornar o México autossuficiente em energia e acabar com a dependência da gasolina americana. Atualmente, as refinarias americanas abastecem a maior parte dos cerca de 800.000 barris de gasolina que o México consome todos os dias.

Analistas temem que as políticas nacionalistas de López Obrador possam piorar os problemas do setor de petróleo do país. "O objetivo do novo governo é tornar o México autossuficiente em produtos refinados usando petróleo produzido internamente. Para eles, a importação de petróleo parece ser um tabu. Não parece estar de acordo com sua ideologia", disse o analista de energia David Shields.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Daniela Chiaretti | Do Rio e de São Paulo

Título: À espera da lama da Vale, Retiro Baixo reduz lago

A hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no rio Paraopeba, a 220 km da barragem da Vale que se rompeu em Brumadinho (MG), e que havia interrompido a operação para preservar seus equipamentos, foi acionada novamente ontem por ordem do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). O objetivo da medida foi manter em nível baixo o reservatório da usina que poderá receber na próxima semana a lama de rejeitos oriunda da barragem rompida e novamente interromper a operação. Outra preocupação é com relação à hidrelétrica de Três Marias, primeira do rio São Francisco e cuja capacidade instalada é quase cinco vezes maior que a de Retiro Baixo.

Na última semana, a Agência Nacional de Águas (ANA) havia informado que Retiro Baixo possibilitará o amortecimento da onda de rejeitos de Brumadinho. Um fator importante para isso, entretanto, é a adoção de medidas operativas que visem a contenção da lama.

Na última terça-feira, boletim do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), ligado à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, dizia que a lama, antes de seguir pela calha do rio Paraopeba, havia se espalhado por 290 hectares, o que

equivale a 300 campos de futebol. O boletim diário do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e da ANA indicava que a pluma de sedimentos estava se dispersando na trajetória.

Os técnicos avisavam que não conseguiam prever quando os rejeitos chegariam ao reservatório da hidrelétrica de Retiro de Baixo porque a velocidade havia se reduzido muito. Os especialistas sabem que os rejeitos chegaram a 98 km adiante da barragem, mas a partir daí a sujeira está diluída.

A primeira impressão, contudo, era outra. No boletim de monitoramento das águas do rio Paraopeba da segunda à noite, a estimativa era que as águas turvas chegassem a Retiro Baixo entre os dias 5 e 10 de fevereiro. Esta previsão não tem sido mais feita nos boletins porque não está claro, para os técnicos, se a pluma irá chegar à hidrelétrica ou irá se distribuir no caminho.

A tragédia em Brumadinho ainda demanda atenção para a hidrelétrica de Três Marias, da Cemig, situada a 8 km de Retiro Baixo. Com 396 megawatts (MW) de capacidade, a usina é a primeira do rio São Francisco, onde deságua o Paraopeba. Além disso, o lago de Três Marias é utilizado também para atividades turísticas. Na última semana, a avaliação da Cemig, porém, era de que o impacto seria pequeno.

Segundo técnicos que acompanham o assunto ouvidos pelo **Valor**, ainda é prematuro afirmar se a lama chegará, ou não, à Três Marias. O fato é que a lama está ficando cada vez mais densa e com uma velocidade menor, o que diminui o risco de impacto após Retiro Baixo. Outro fator determinante que precisa ser acompanhado de perto é a ocorrência de chuvas, que, a depender do volume, podem dar mais velocidade à lama de rejeitos.

A Fundação SOS Mata Atlântica está com uma equipe recolhendo amostras de qualidade da água ao longo de 300 km de rio. "Nos primeiros 45 quilômetros, o Paraopeba está completamente morto, não dá nem para chamar de água o que coletamos", disse Malu Ribeiro, coordenadora do Programa Água da SOS Mata Atlântica.

Até o momento, não há uma definição sobre um possível ressarcimento, em âmbito judicial, a ser pago pela Vale pela energia que pode deixar de ser produzida e por eventuais danos estruturais à usina de Retiro Baixo, que pertence à Retiro Baixo Energética, consórcio formado por Cemig (49,9%), Furnas (49%) e Orteng (1,1%).

No âmbito do setor elétrico, a empresa tem como se proteger. Como os contratos da usina são basicamente no mercado regulado, o consórcio pode alegar à Aneel motivo de força maior por não produzir a energia prevista. As distribuidoras, então, poderão adquirir a energia equivalente no mercado de curto prazo e repassar o preço ao consumidor, no reajuste tarifário. Retiro Baixo também pode ser coberta pelo Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), uma espécie de clube das hidrelétricas.

Questionada sobre um potencial pedido de ressarcimento, a Retiro Baixo Energética informou que não trata do assunto neste momento e que está concentrada nas medidas de contenção da lama. "Os técnicos da empresa estão monitorando o deslocamento e a densidade dos resíduos e calculando os diversos cenários possíveis da chegada desse material à barragem da usina", afirmou, em nota, a empresa, garantindo não haver risco estrutural para a barragem.

Com 82 MW de capacidade, Retiro Baixo tem contrato de concessão até 2035. Do total de energia firme, de 38,5 MW médios, a usina negociou em leilão, em 2005, 36 MW médios ao preço da época de R\$ 115,36/MWh.

A situação de Retiro Baixo foi experimentada pela hidrelétrica Risoleta Neves, também conhecida como Candonga, de 140 MW, há pouco mais de três anos. A usina, situada no rio Doce e que pertence à própria Vale e à Aliança Geração de Energia (joint venture entre a mineradora e a Cemig) foi atingida pelos rejeitos da barragem de Fundão, em Mariana (MG), em novembro de 2015, e está até hoje sem produzir energia. A barragem pertence à Samarco, joint venture entre a Vale e a anglo-australiana BHP.

A Fundação Renova, criada pela Samarco em 2016, por um termo de ajustamento de conduta para reparar os danos causados pela barragem de Fundão, ficou encarregada de fazer o manejo dos rejeitos para devolver as condições de funcionamento da hidrelétrica. A expectativa da fundação é iniciar este ano o trabalho de dragagem da lama do reservatório da usina.

"A Fundação Renova trabalha para entregar as obras no menor prazo possível, considerando as normas de segurança e qualidade exigidas. A estimativa é que as obras terminem no final de 2020", informou a fundação, em nota ao **Valor**. Dos R\$ 722 milhões previstos para recuperação do reservatório de Candonga, a ONG já desembolsou R\$ 587 milhões.

Questionada sobre a previsão de retomada de operação da hidrelétrica, a fundação informou que essa decisão é de responsabilidade da concessionária. Procurada pelo **Valor**, a Aliança Geração de Energia não se manifestou até o fechamento desta edição.

Ao todo, a Fundação Renova tem orçamento previsto de R\$ 11,6 bilhões para ações de reparação e compensação pelos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão. Até o momento, já foram desembolsados R\$ 5,26 bilhões. Para 2019, estão previstos desembolsos da ordem de R\$ 2,84 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Rocha | De São Paulo

Título: Tragédia impulsiona preço do minério em janeiro

O rompimento da barragem de rejeitos da Vale em Brumadinho (MG) e as medidas anunciadas pela companhia para evitar novas tragédias tiveram efeito direto nos preços do mercado à vista do minério de ferro em janeiro. O produto com teor de ferro de 62% negociado no porto chinês de Qingdao encerrou o mês com alta acumulada de 17,34%, cotado a US\$ 85,34 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". É o maior preço desde 23 de março de 2017.

Nas três primeiras semanas de janeiro, antes do desastre, a commodity já apresentava sinais de que não iniciaria seu ciclo de queda, mantendo-se boa parte do mês em nível superior ao encerramento de 2018. Após a tragédia, em 25 de janeiro, a alta acumulada foi de 14,26%.

A Vale anunciou na terça-feira a intenção de acelerar o processo de descomissionamento de dez barragens de rejeitos construídas pelo método a montante, todas localizadas em Minas Gerais, em um período de um a três anos. Segundo a empresa, o impacto na produção será de 40 milhões de toneladas por ano.

"Embora haja um risco de um déficit de oferta como resultado desse processo, acreditamos que ele deve ser pequeno e transitório. Mais importante ainda, o risco de oferta parece estar bem refletido nos preços de mercado atuais", afirma Carsten Menke, estrategista de commodities do Julius Baer. "Assumindo que o desastre da barragem não leve a interrupções de fornecimento mais amplas e duradouras, a reação ao preço parece exagerada."

Entre os possíveis compensadores da queda na produção do Sistema Sul da Vale estão os produtos de outras operações, principalmente as de Carajás (PA); o estoque de proteção da companhia na China e na Malásia, avaliado em 30 milhões de toneladas; e a retomada de produção da Anglo American, que ficou paralisada por 10 meses em 2018.

Em relatório, o Goldman Sachs lembrou que o acidente aconteceu no momento em que o minério de ferro marítimo já estava sob pressão. Entre os motivos indicados para essa elevação, o banco destacou a oferta sazonalmente fraca da Austrália e do Brasil, o aumento dos estoques das siderúrgicas chinesas antes do ano novo local, os ajustes de produção devido à poluição e as expectativas de flexibilização de políticas e gastos com infraestrutura na China.

E é justamente a parada de uma semana nos mercados da China por conta do Ano Novo Lunar, a partir de segunda-feira, que deve limitar movimentações bruscas do mercado nos próximos dias. As negociações só serão completamente retomadas no dia 11 de fevereiro.

Levando em conta a compensação da oferta, os analistas acreditam que os preços do minério devem recuar nos próximos meses, oscilando entre US\$ 60 e US\$ 80 a tonelada até o fim do ano.

Em termos de produto diretamente atingido, o maior risco é para a oferta de pelotas, pois os superfinos de minério produzidos no Sistema Sul utilizados no produto não tem substituto em outras operações da Vale. Serão tirados de circulação 11 milhões de toneladas de pelotas com a paralisação da produção para o descomissionamento, quase 10% da oferta mundial.

O petróleo foi outra commodity que registrou alta significativa em janeiro, com efeitos da crise política na Venezuela e pelo nível dos estoques abaixo do esperado nos Estados Unidos. Os contratos do Brent, negociados na ICE, em Londres, encerraram o mês em alta de 12,62%, a US\$ 60,84 o barril. O WTI, negociado em Nova York, subiu 18,2%, para US\$ 54,04 o barril.

"Além da crise na Venezuela, a flutuação veio com os dados de estoque dos EUA, que registraram apenas uma pequena elevação no petróleo bruto e uma surpreendente redução de estoque no caso da gasolina", disse o banco Commerzbank em nota para clientes.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 01/02/2019****Seção: Empresas****Autor: Rafael Bitencourt e Isadora Peron | De Brasília****Título: Mineradora promete acelerar indenizações**

O presidente da Vale, Fábio Schvartsman, assumiu o compromisso diante da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, de acelerar ao máximo os acordos extrajudiciais para pagar as indenizações às famílias das vítimas do rompimento da barragem de rejeitos de mineração da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG). Antes do encontro, Dodge já havia prometido cobrar soluções da mineradora para reparar os danos com medidas extrajudiciais.

Falando a jornalistas, após reunião na sede da Procuradoria-Geral da República, ele assegurou que não se trata de uma estratégia da mineradora para amenizar futuras penalidades. "Estamos preparados para abdicar de ações judiciais, buscaremos fazer acordos extrajudiciais para assiná-los com a maior celeridade possível com as autoridades de Minas Gerais que permitam que a Vale comece imediatamente a fazer frente a esse processo indenizatório", disse.

O executivo disse que ainda é cedo para falar sobre o valor dos acordos. Segundo ele, uma nova reunião será marcada pela Vale com representantes da PGR.

Dodge esteve, ontem pela manhã, com representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Após audiência, ela defendeu que as mineradoras precisam assumir de forma muito séria o compromisso de zelar diariamente pela hígidez das barragens, para que elas não se rompam.

A procuradora-geral manifestou preocupação com as questões mais emergentes que surgem. "As pessoas estão sem casa, começa a faltar comida, é preciso que as crianças retornem às escolas, que a vida volte ao normal, e isso não é possível se a empresa não assumir de forma muito clara as suas responsabilidades imediatamente, independentemente de ações judiciais", disse.

Segundo Dodge, a reparação criminal tem de ser mediada pelo Judiciário, mas questões civis, trabalhistas e ambientais podem ser tratadas sem acionar a Justiça. Questionado sobre o risco de executivos da Vale serem processados e até presos, o presidente da companhia disse que não tem preocupação em relação a isso. "Eu não tenho nenhum motivo para temer a prisão de nenhum executivo", afirmou a jornalistas.

Para a procuradora, a mineração é um setor fundamental para o país, mas é preciso assumir as responsabilidades envolvidas. "As empresas precisam entender que essa atividade econômica é importante, mas é preciso entender os riscos que causam ao meio ambiente e à população, e se acusarem esses riscos, é preciso que elas ajam rapidamente para indenizar, para reparar o dano, para restabelecer a vida da comunidade a uma situação de normalidade", afirmou a procuradora-geral.

Em relação à tragédia de Mariana, ocorrida há três anos, ela considera que um dos erros do poder público foi a demora em definir a atribuição de cada órgão. "Perdemos muito tempo em relação a isso, é preciso aproveitar a reflexão feita dessa situação, para a partir dali, organizar a atuação que precisa ser coordenada entre todos esses órgãos", disse. Tal preocupação, agora, no caso de Brumadinho, seria levada ontem ao presidente do STF, ministro Dias Toffoli, com quem coordenará as ações do Judiciário.

Schvartsman foi questionado ainda se houve falha no acionamento das sirenes de alerta. Ele respondeu que o histórico de rompimentos de barragens indica que acidentes costumam ser precedidos de "algum aviso". No caso de Brumadinho, "tudo muito rápido" e os próprios sistemas de alerta foram tomados pela lama de rejeito. O executivo ainda rejeitou a ideia de que houve conluio de funcionários com as consultorias que atestaram a segurança da barragem.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Henry Sanderson | Financial Times, de Londres

Título: Igreja anglicana e gestores pressionam por mais segurança

A Igreja da Inglaterra e gestores de fundos com mais de 1 trilhão de libras em ativos pressionam por monitoramento independente de segurança de barragens de rejeitos, após o vazamento ocorrido em Brumadinho, que casou a morte de 110 pessoas até o momento.

Os investidores disseram que deveria haver um banco de dados acessível com auditorias anuais para todas as barragens de rejeitos, além da verificação de que "os mais elevados padrões de segurança estão sendo implementados".

"Essas falhas nas barragens de rejeitos simplesmente não deveriam estar acontecendo", diz Adam Matthews, diretor de ética e engajamento do Church of England Pensions Board, o fundo de pensão da igreja anglicana.

"Esses não são eventos inesperados. Um sistema independente de classificação garantiria que as comunidades, trabalhadores e investidores tivessem conhecimento dos padrões de segurança das barragens e que eles estivessem sendo aplicados. Essa proposta levará a novo nível de responsabilidade e transparência no setor."

As barragens de rejeitos são usadas para armazenar os subprodutos das operações das mineradoras. A Vale disse que vai desativar barragens parecidas à que se rompeu na semana passada, deixando ainda 238 desaparecidos. A barragem armazenava rejeitos da mina do Córrego do Feijão e foi construída na década de 70.

Na terça-feira, autoridades do Estado de Minas Gerais prenderam funcionários e engenheiros envolvidos no rompimento da barragem. Entre eles estão dois funcionários da companhia alemã Tüv Süd, que inspecionaram a barragem em setembro.

O acidente é o segundo do tipo em menos de quatro anos. Em novembro de 2015, barragem de rejeitos da mineradora Samarco, controlada pela Vale e BHP Billiton, rompeu matando 19 pessoas.

Os comentários da Igreja da Inglaterra surgem no momento em que investidores globais se mostram cada vez mais empenhados em assegurar que as mineradoras reduzam seu impacto ambiental, melhorem sua governança e diminuam o número de fatalidades.

No ano passado, estimados 26% dos fundos globais eram administrados com considerações ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês), contra 21% no ano anterior, segundo a consultoria McKinsey.

A sucessão de falhas nas barragens de rejeitos é um sinal de que algo precisa mudar no setor para tranquilizar as comunidades, investidores e a população, disse Matthews. Um sistema independente de verificação foi proposto anteriormente pelo órgão setorial International Council on Mining and Metals, em 2016, mas a proposta não seguiu adiante.

Os fundos vão convocar uma reunião de especialistas internacionais e grandes investidores em Londres, segundo Matthews. Ela será presidida pelo Bispo de Birmingham e representante da igreja na Câmara dos Lordes, David Urquhart. O grupo inclui os fundos da Igreja da Inglaterra; fundos de pensão suecos, holandeses, britânicos e americanos.

O fundo de pensão da Igreja da Inglaterra tem mais de 2,3 bilhões de libras (US\$ 3,02 bilhões) em ativos sob gestão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/02/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Justiça levanta dúvidas sobre plano da Queiroz Galvão Energia

O juiz da recuperação extrajudicial da Queiroz Galvão Energia (QGE) levantou dúvidas sobre seu plano de recuperação, aprovado por 62% de seus credores em novembro, depois que um deles trouxe à tona o fato de que a gestora americana Castllake foi a única a votar pela aprovação do documento e já está atuando como administradora da companhia. A dívida total abrangida pelo plano soma R\$ 3,85 bilhões, sendo que R\$ 2,8 bilhões estão nas mãos da gestora, que comprou esses créditos recentemente, depois de avaliar adquirir a própria companhia.

O juiz Marcelo Barbosa Sacramone, da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, não acatou os pleitos dos credores para indeferir o pedido de recuperação extrajudicial e nem para afastar os administradores da recuperanda. Ele indicou, contudo, disposição em avaliar um pedido de impugnação do plano de recuperação judicial, assim como desconsiderar os votos dos veículos do Castllake que votaram a favor da aprovação do documento, se for provado que houve conflito de interesses.

"Caso efetivamente seja comprovado o conflito de interesses alegado, os votos do Fundo Apus e Vientos Securitizadora não seriam computados, sendo de competência deste juízo tão somente indeferir a homologação do plano", diz a decisão do juiz.

Pelo plano, credores que não queiram ser sócios da nova holding da empresa terão desconto de 98% da dívida

O plano de recuperação extrajudicial da Queiroz Galvão Energia foi apresentado em novembro, já com o aval de credores representantes de 68,2% da dívida total da companhia, sendo 60,7% dos detentores de créditos quirografários (que somam R\$ 2,663 bilhões) e 81,4% de aprovação daqueles detentores de créditos com garantia real (R\$ 1,185 bilhão).

No início de janeiro, contudo, a credora Eng Participações, dona de créditos da ordem de R\$ 258,2 milhões, ajuizou uma petição na qual classificou o plano aprovado de "simulado e fraudulento", devido a um suposto conflito de

interesses. Os credores FDIC Apus e Vientos Securitizadora, que foram os credores que aprovaram o plano, são veículos do Castllake.

O Castllake também concordou, de antemão, com a principal proposta de pagamento dos créditos: trocá-los por participação em uma sociedade de propósito específico (SPE) que será criada para ser a holding dos ativos de energia da QGE pós-reestruturação. A alternativa para aqueles que não queiram ser sócios da empresa é consideravelmente menos atrativa. Será feito o pagamento em dinheiro, correspondente a 2% dos créditos abrangidos pelo plano, com desembolso apenas no 10º aniversário da sua homologação.

Paralelamente à assinatura do plano, os veículos do Castllake assinaram ainda um acordo de suporte à reestruturação (RSA, na sigla em inglês). O documento definiu uma administração interina para a companhia, e nomeou Gustavo Ribeiro como seu diretor comercial. O problema, segundo a petição da Eng, é que Ribeiro também aprovou o plano de recuperação extrajudicial em nome da Vientos Securitizadora. Além disso, a Queiroz Galvão Energia se comprometeu a emitir R\$ 200 milhões em debêntures para pagar os "credores apoiadores" signatários do RSA.

O juiz Sacramone rejeitou o pedido de afastamento dos administradores por se tratar de uma recuperação extrajudicial, mas disse que a matéria da impugnação do plano deve ser apreciada em um momento futuro. Além disso, "diante dos indícios de que os credores signatários já teriam assumido o controle da gestão das recuperandas", ele determinou que alienações ou onerações de direitos ou ativos da Queiroz Galvão Energia sejam, obrigatoriamente, submetidos à sua análise prévia, a fim de não prejudicar os demais credores da companhia.

Como o edital da recuperação judicial foi publicado em 19 de dezembro, e o recesso forense teve início no dia seguinte, tendo terminado em 21 de janeiro, o prazo final para apresentação das impugnações vai terminar em 19 de fevereiro. Na ocasião, o juiz Sacramone escreveu que vai verificar se o quórum de três quintos dos créditos, obrigatório por lei, foi de fato atingido para que a recuperação se enquadrasse como extrajudicial.

A Castllake é uma gestora com sede em Mineápolis, nos Estados Unidos, especializada em ativos "alternativos", com performance abaixo do esperado e problemas financeiros. A gestora tem uma equipe voltada para investir em setores em reestruturação ou recuperação judicial no mundo. Hoje, a Castllake tem US\$ 12,8 bilhões sob gestão, segundo informações do seu site.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 01/02/2019****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Copel adia prazo de Colíder novamente**

A Copel adiou mais uma vez o início da operação da hidrelétrica de Colíder, no rio Teles Pires (MT), desta vez para as "próximas semanas de fevereiro". Em dezembro, a companhia havia informado que a primeira unidade geradora da hidrelétrica estava liberada para operação em teste. Ainda era necessário, porém, a emissão da licença de operação pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso.

A licença foi obtida em 3 de janeiro, o que permitiu a conexão da unidade geradora com o sistema e o início da última fase de operação em teste, antes da operação comercial. Durante os testes, uma intercorrência obrigou sua interrupção para que fosse realizada uma inspeção na turbina. Os ensaios foram, posteriormente, reiniciados. "Tal ocorrência provocou atraso de alguns dias no cronograma, prorrogando a previsão do início da operação comercial para as próximas semanas de fevereiro de 2019", diz o comunicado.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 01/02/2019****Seção: Empresas****Autor: Fábio Pupo e André Ramalho | De Brasília e do Rio****Título: Dommo sofre derrota no Cade na disputa com sócias**

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) autorizou a exclusão da Dommo Energia (ex- OGX) do consórcio BS-4, que opera o campo de Atlanta, no pós-sal da Bacia de Santos, e a transferência de sua fatia de 40% na área para as sócias Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP) e Barra Energia. Sem efeito imediato, a medida é mais um capítulo na briga que já passa de um ano entre os sócios do projeto e que hoje é objeto de arbitragem internacional.

O embate remonta a outubro de 2017, quando a Barra notificou a Dommo, exigindo a cessão compulsória de seus 40% sem qualquer tipo de indenização. Com dificuldades para cumprir os compromissos de investimentos com o consórcio, a Dommo chegou a abrir negociações para venda de uma fatia de 30% em Atlanta para a AziLat, mas o imbróglio acabou inviabilizando o acordo.

Em comunicado ao mercado, na ocasião, a Dommo protestou contra as sócias chamando a manobra de "ilegal", "ardilosa", "traíçoeira" e "oportunista". A empresa afirmou ainda que já havia investido mais de US\$ 500 milhões no projeto e pedia indenização por perdas e danos.

Caso efetivada a saída da Dommo, seus 40% no consórcio serão divididos em partes iguais entre QGEP e Barra

A Dommo alegou ainda que houve atraso na chegada da plataforma de Atlanta por culpa da Queiroz Galvão, o que impactou o ingresso de recursos para a empresa, que chegou a passar por processo de recuperação judicial. Logo após a notificação de exclusão, a Dommo pediu instauração de procedimento arbitral contra as sócias na London Court of International Arbitration (LCIA).

Em setembro de 2018, o Tribunal Arbitral proferiu uma decisão favorável à QGEP e Barra Energia, ao declarar válida a execução da cláusula contratual referente à saída compulsória da Dommo do consórcio. O **Valor** apurou que ainda não há uma decisão final sobre o assunto. O processo avançou para uma segunda etapa, de pedidos de esclarecimentos, mas ainda não há um prazo para encerramento da arbitragem.

A decisão arbitral só passará a ter validade a partir da homologação do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A decisão do Cade, portanto, não tem efeito imediato. A transferência dos direitos da Dommo para sócios depende, ainda, de autorização da ANP.

Ao analisar o caso, o Cade avaliou que a operação é uma mera reorganização societária e que a participação das empresas no mercado é diminuta - o que afastaria preocupações concorrenciais. O projeto de Atlanta entrou em fase de produção em maio de 2018, com capacidade para 20 mil barris diários, menos de 1% da produção nacional.

Caso efetivada a saída da Dommo do projeto, os 40% da companhia na concessão seriam divididos em partes iguais para as sócias. Após a operação, QGEP e Barra deteriam 50% de participação cada uma.

Procurada, a Barra não quis comentar. Em comunicado ao mercado no começo da disputa (em 2017), no entanto, a companhia esclareceu que, ao longo dos investimentos no desenvolvimento do projeto, ficou "muito claro que a Dommo tomou a decisão consciente de se recusar a assumir qualquer exposição

financeira adicional e transferir os riscos substanciais que o projeto ainda tem para terceiras partes".

Procuradas, Dommo e QGEP não responderam até o fechamento da edição. No balanço da Queiroz Galvão do terceiro trimestre de 2018, a empresa contabilizou R\$ 145,692 milhões em créditos com a Dommo, relativos a 40% da parcela dos direitos no consórcio BS-4.

O presidente da QGEP, Lincoln Guardado, já manifestou anteriormente que, após incorporar a fatia da Dommo ao qual terá direito, não descarta vender a participação adicional, embora esta não seja uma "necessidade" para a companhia.

"Tendo alguma oportunidade que porventura venha, nós vamos estar sempre abertos a avaliar qualquer coisa que nos permita fazer uma monetização mais adequada e uma garantia de receita de médio e longo prazo sustentável. Isto sempre vai estar na nossa agenda", disse, em teleconferência com analistas, em novembro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/02/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras tem cenário desafiador para recuperar reservas após nova queda

Depois de perder um quarto de suas reservas desde 2014, a Petrobras terá pela frente um cenário desafiador para recuperá-las. A expectativa é que o crescimento esperado da produção e a continuidade dos desinvestimentos pressionem para baixo as reservas da companhia nos próximos anos. Esse quadro exigirá esforços maiores da petroleira na exploração de novas descobertas, se ela quiser manter o equilíbrio de seus recursos.

A Petrobras fechou 2018 com reservas provadas de 11,957 bilhões de barris de óleo equivalente (BOE), pelos critérios da Agência Nacional de Petróleo (ANP)/Sociedade dos Engenheiros de Petróleo (SPE). O volume representa redução de 3,7% ante 2017. Foi o quarto ano seguido de retração.

Já pelos critérios da Securities and Exchange Commission (SEC), a queda foi 1,5%, para 9,606 bilhões de BOE. A principal diferença entre os critérios das duas entidades é o preço do petróleo considerado no cálculo da viabilidade econômica das reservas.

Na avaliação do geólogo Pedro Zalán, da ZAG Consultoria, contudo, a Petrobras está bem posicionada em relação a sua carteira exploratória. Para ele, a relação reserva/produção da companhia, mantida acima dos 13 anos pelo critério ANP/SPE, nos últimos três anos, é "um bom número".

"A Petrobras tem fôlego [para incorporar novas reservas], porque ela tem áreas de qualidade, de onde ela poderá apropriar reservas no futuro. No curto e médio prazos, tem a descoberta de Sagitário, na Bacia de Santos, que ainda não foi declarada comercial, e as descobertas em águas profundas da Bacia Sergipe-Alagoas. No médio e longo prazo, tem os blocos do pré-sal que ela adquiriu nos leilões recentes. Uirapuru, por exemplo, é uma área de alta qualidade e potencial", afirmou.

Em geral, fatores como o volume produzido ao longo do ano, vendas de ativos e o impacto da desvalorização dos preços do petróleo sobre a viabilidade econômica dos projetos contribuem para corroer o tamanho das reservas. Por outro lado, a declaração de comercialidade de novos campos contrabalança essa equação, ao incorporar novas acumulações de óleo e gás ao portfólio.

A Petrobras já inicia 2019 com perspectivas de recorde na produção de petróleo no país. Até 2023, a previsão é que a produção total de óleo e gás da empresa cresça, em média, 5% ao ano, o que deve pressionar para baixo o cálculo das reservas da companhia nos próximos anos.

Some-se a isso as expectativas de desinvestimentos. Não fossem as vendas de ativos, a petroleira teria mantido suas reservas estáveis, porque compensou praticamente todo o volume produzido com novas incorporações, puxadas por sua vez pela declaração de comercialidade dos campos Nordeste de Sapinhoá, Noroeste de Sapinhoá e Sudoeste de Sapinhoá, no pré-sal da Bacia de Santos.

No ano passado, a petroleira vendeu ativos importantes como o campo de Lapa e fatias de 22,5% em Berbigão, Sururu e Oeste de Atapu (pré-sal de Santos), para a Total, além da participação de 25% do campo de Roncador (Bacia de Campos), para a norueguesa Equinor. Para os próximos anos, a expectativa é que as perdas de reserva decorrentes do programa de desinvestimentos continuem.

A Petrobras negocia atualmente com a chinesa CNPC, por exemplo, a venda de 25% do cluster de Marlim, na Bacia de Campos. Além disso, a estatal brasileira tem negociações abertas para venda de parte de sua participação num pacote de concessões em águas profundas de Sergipe-Alagoas. Esses ativos ainda não tiveram suas declarações de comercialidade apresentadas, mas são um dos principais trunfos para a incorporação de novas reservas da empresa no futuro.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 01/02/2019**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Destaques**Eletrobras paga BR**

A BR Distribuidora informou ontem o recebimento de R\$ 129,8 milhões referente à nona parcela do contrato de confissão de dívida firmado com a Eletrobras e suas controladas distribuidoras de energia. O pagamento foi realizado na quarta-feira. Com essa parcela, a BR Distribuidora recebeu, até o momento, o montante de R\$ 1,78 bilhão da Eletrobras.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data:** 01/02/2019**Seção:** Empresas**Autor:****Título:** Curtas**ExxonMobil reestrutura**

A ExxonMobil vai reorganizar a unidade de exploração e produção, com a criação de três empresas centradas na gestão de petróleo e gás, desenvolvimento estratégico e operações técnicas e de investigação. A medida, segundo a companhia, faz parte dos seus planos, anunciados anteriormente, de duplicar o lucro até 2025, para US\$ 31 bilhões. As novas empresas serão chamadas de ExxonMobil Upstream Oil & Gas, ExxonMobil Upstream Business Development e ExxonMobil Upstream Integrated Solutions. "Estamos simplificando e integrando a nossa unidade de exploração e produção para melhor capitalizar o portfólio que criamos através de aquisições e a exploração na Bacia do Permiano, Papua Nova Guiné e Brasil", disse Neil Chapman, vice-presidente da ExxonMobil em comunicado.

Lucro da Conoco

A ConocoPhillips registrou lucro líquido de US\$ 1,9 bilhão no quarto trimestre de 2018, 19% maior em comparação com o mesmo período de 2017. O resultado foi beneficiado pelo aumento da produção e pelo avanço dos preços do petróleo, que levaram ao crescimento da receita. O preço médio do petróleo

no período foi de US\$ 63,86 por barril, acima dos US\$ 58,99 por barril praticado um ano antes. A receita da petrolífera subiu 19%, na comparação anual, para US\$ 10,36 bilhões. A expectativa do mercado era que o faturamento somasse US\$ 9,99 bilhões. A empresa informou ainda que a produção avançou 8% no quarto trimestre, na comparação anual, para 1,31 milhão de barris, excluindo a produção na Líbia.

OPA da Comgás

A Cosan divulgou ontem o edital da oferta pública para aquisição (OPA) de ações preferenciais classe A (PNA) da Comgás e o laudo de avaliação elaborado pelo Citigroup. No edital, a Cosan confirmou o preço a ser ofertado de R\$ 82,00 por ação e informou que o leilão na B3 será no dia 8 de março, às 15h. Os acionistas devem habilitar-se para o certame. O prazo começou ontem e vai até dia 7 de março.

Rating da Gerdau I

A agência de classificação de riscos Standard & Poor's (S&P) que elevou a perspectiva dos ratings da Gerdau de estável para positiva e afirmou a nota em escala global em "BBB-". Ela também afirmou o rating em escala nacional em "brAAA" e manteve a perspectiva estável. A S&P justificou a decisão informando que a medida reflete o potencial da nota ser elevada caso a Gerdau mantenha suas margens acima de 14% de forma consistente e a alavancagem financeira - medida pela relação entre a dívida líquida e o Ebitda - abaixo de 2 vezes.

Rating da Gerdau II

"A companhia demonstrou que sua diversidade geográfica e a mais recente estratégia de se concentrar em produtos com maior valor agregado melhorou as margens e a força de seus negócios", diz trecho do comunicado da S&P. Ela informou que as operações no Brasil melhoraram significativamente em 2018, graças aos reajustes nos preços dos produtos voltados ao mercado interno, que compensaram a desvalorização do real. As margens das operações domésticas atingiram 20% nos primeiros nove meses de 2018, acima dos 14,5% no mesmo período de 2017.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 01/02/2019****Seção: Finanças****Autor:****Título: Destaques**

CSN alonga dívida com Caixa

A CSN emitiu R\$ 2 bilhões em debêntures com prazo de vencimento para 2023. A Caixa tinha dado garantia firme de até R\$ 1,5 bilhão na oferta, que faz parte do processo de refinanciamento da dívida da siderúrgica com o banco, acertado em agosto do ano passado. Os recursos captados serão destinados para a liquidação antecipada total de duas Cédulas de Crédito Bancário (CCB) e a amortização extraordinária parcial da dívida com a Caixa no valor de R\$ 70 milhões. As CCBs serão trocadas pelas debêntures dentro do plano de alongamento da dívida de 26 meses para 38 meses. Em agosto, a CSN informou que concluiu a rolagem da dívida de R\$ 6,8 bilhões com a Caixa conforme informado no balanço do terceiro trimestre. A Caixa já havia concluído o refinanciamento da dívida com o Banco do Brasil em fevereiro do ano passado, no valor de R\$ 4,9 bilhões, e com o Santander, no valor de R\$ 1 bilhão, em novembro do ano passado. A dívida total da CSN com os bancos estatais era de R\$ 14 bilhões, representando, segundo a Moody's, 47% da dívida da empresa. Procuradas, Caixa e CSN não comentaram. **(Silvia Rosa)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 01/02/2019****Seção: Finanças****Autor: Juliana Machado, Stella Fontes e Victor Aguiar | De São Paulo****Título: Vale impõe freio à bolsa no mês**

O Ibovespa quase conseguiu um novo recorde, mas o peso da Vale ofuscou o ganho dos bancos, e o índice encerrou janeiro "preso" na faixa dos 97 mil pontos. As ações da mineradora parecem já ter incorporado as perdas decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos em Brumadinho (MG), há uma semana, mas ainda há riscos que não estão refletidos na cotação atual e que passam por componentes mais subjetivos, de difícil mensuração.

A Vale terminou janeiro com um dos piores desempenhos do Ibovespa: queda de 10,78% nas ações. Ontem, ela até aliviou a baixa, mas voltou a piorar a performance no leilão de fechamento e caiu 2,36%, a R\$ 45,50 - mínima do dia. Isso foi o suficiente para frear o Ibovespa, que, nos ajustes finais, saiu dos

recordes e ficou em 97.394 pontos, alta de 0,41%. Na máxima, o índice havia tocado inéditos 98.405 pontos.

Se não fosse a Vale, janeiro teria sido um mês melhor para a bolsa. O Ibovespa acumulou ganho de 10,82% no mês, melhor desempenho mensal em um ano - em janeiro de 2018, a alta acumulada havia sido de 11,14%. Dos 65 papéis que compõem o índice, só seis cederam no mês.

Analistas ouvidos pelo **Valor** dizem que os riscos que pesam sobre a Vale agora têm componentes subjetivos, de difícil estimativa, e não mais operacionais. É o caso de uma eventual "punição exemplar" por parte de autoridades brasileiras ou troca mal feita em cargos estratégicos da mineradora. Há ainda a hipótese de novas revelações sobre o acidente que indiquem que a companhia tinha conhecimento de algo anormal na barragem que se rompeu.

"Não dá para saber se a Vale será exposta a uma pena maior por parte das autoridades, para servir de exemplo a outras mineradoras", comentou um profissional. Uma eventual mudança na diretoria, disse outro analista, também pode ter efeito negativo conforme o perfil da nova gestão ou o "timing" da substituição. "A direção da Vale tem anunciado medidas bem recebidas pelo mercado e uma mudança muito radical certamente teria impacto nas ações", afirmou.

Para Fernando Barroso, diretor da CM Capital Markets, o impacto inicial da catástrofe em Minas Gerais já foi precificada, de maneira que o papel começa a tentar se estabilizar. Isso é possível, diz ele, porque dá para compreender a dimensão do impacto nas operações da companhia.

"A própria alta do minério de ferro acaba servindo de colchão para o papel, então voltei a montar posições em ações da Vale", diz ele. "Vejo outros fundos adotando estratégia semelhante nos últimos dias, agora que o impacto foi dimensionado. Abaixo de R\$ 45, vejo uma queda forte demais e, por isso, uma oportunidade de entrada no papel."

Com o plano de descomissionamento de dez barragens, a mineradora reduzirá em 40 milhões de toneladas a produção de minério de ferro e pelotas. O volume em si, dizem os analistas, pode ser integralmente compensado com o aumento de produção em outros sistemas, entre eles Carajás (no Pará) e o uso dos elevados estoques existentes na Ásia. Mas dúvidas ainda rondam os negócios: ontem, a Procuradoria-Geral da República (PGR) entrou com um recurso no Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir a paralisação da extração de níquel da Vale no Pará.

Para o BTG Pactual, o cenário para a Vale está melhor do que se esperava, considerando-se as informações já disponíveis sobre o rompimento da barragem em Brumadinho. No entanto, alguns analistas afirmam que, ao informar o congelamento de dividendos, ela deve deixar as carteiras voltadas para essa finalidade - o que, por consequência, também afeta o preço do papel e a demanda de gestores que atuam com foco nessa estratégia.

Quem garantiu fôlego ao Ibovespa no último pregão de janeiro foram os bancos, sobretudo o Bradesco. As perspectivas para o crescimento do crédito pautaram a forte compra dos papéis, em um ambiente em que a reforma da Previdência entra como principal enfoque dos gestores de fevereiro em diante.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/02/2019

Seção: Finanças

Autor: Flávia Furlan | De São Paulo

Título: Contrato de seguro da Vale não incluiria barragem inativa

Após se debruçarem nos últimos dias sobre o contrato de danos materiais e lucros cessantes firmado com a mineradora Vale, seguradoras e resseguradoras concluíram que as barragens inativas não estão contempladas na apólice, segundo apurou o **Valor**. Isso significa que nenhuma delas vistoriou a barragem que se rompeu em Brumadinho (MG) e que a Vale não teria direito à indenização.

"Essa barragem está classificada como inativa, não foi vistoriada pelas seguradoras e está formalmente excluída da cobertura", disse à reportagem um executivo que acompanha o caso.

O fato de as barragens inativas estarem fora da apólice de seguros reflete, segundo essa mesma fonte, o entendimento da Vale de que essas estruturas oferecem menos risco que as barragens ativas. Para outra fonte, o caso poderia indicar uma manobra usada pelas mineradoras para conseguir acessar o mercado segurador após o rompimento da barragem da Samarco, em Mariana (MG).

Pelas regras vigentes no Brasil, as mineradoras não são obrigadas a contratar seguro. Questionada pela reportagem, a Vale respondeu que possui apólices

que cobrem os danos causados aos seus empregados, aos seus bens e a terceiros, mas não deu detalhes.

O contrato de danos materiais tem valor de US\$ 800 milhões e está com um consórcio de seguradoras formado pela Mapfre, Swiss Re Corporate Solutions e FM Global, liderado pela Chubb. Há ainda um "pool" de 15 resseguradores, liderado pelo IRB, que é responsável por 15% do risco.

Conforme adiantou o **Valor**, apesar de o contrato ser de US\$ 800 milhões, o acesso a ele só é possível se a Vale pagar uma franquia de US\$ 5 milhões. A empresa também se comprometeu a arcar com os primeiros US\$ 300 milhões em perdas, numa prática chamada de "autosseguro" que permite reduzir o prêmio pago pela cobertura. Dos US\$ 500 milhões restantes, as seguradoras só devem desembolsar US\$ 100 milhões, uma vez que, após o rompimento da barragem em Mariana (MG), as seguradoras fixaram um limite para indenizar os prejuízos da Vale nesse tipo de caso.

Os cálculos preliminares do setor de seguros mostram que o rompimento da barragem de Brumadinho causou um prejuízo material e de lucros cessantes na ordem de US\$ 500 milhões.

As seguradoras e resseguradoras envolvidas na apólice de danos materiais têm conversado entre si para decidir se fazem o pagamento ou não da indenização, tendo em vista a exclusão de barragens inativas da apólice.

Um grupo das seguradoras entende que o valor de US\$ 100 milhões, se rateado, é pequeno frente à mancha na reputação do setor por não ter dado cobertura em um caso de tamanho impacto social. Outro grupo, mais pragmático, formado principalmente pelas empresas estrangeiras, acredita que o pagamento não deve ser feito para seguir à risca o contrato, segundo fontes a par do assunto.

As seguradoras buscam um escritório de advocacia internacional para definir o valor da perda e da indenização em Brumadinho. O britânico Clyde & Co, que atuou também no caso da Samarco, em Mariana, é o mais cotado. Apesar da reclamação dos escritórios brasileiros, as seguradoras enxergam que as bancas internacionais seriam mais isentas ao julgar esse tipo de caso por não estarem, de alguma forma, ligadas à própria Vale ou a interesses do governo. O mesmo escritório atuará na apólice de responsabilidade civil da Vale, que está segurado e ressegurado com o grupo alemão Allianz.

Procurados, a Chubb, a Mapfre, a Swiss Re e o IRB afirmaram que não vão comentar o assunto. A FM Global não respondeu até o fechamento desta edição.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/02/2019

Seção: Finanças

Autor: Rafael Fernando Feldmann

Título: A permanência no Acordo de Paris

O Acordo de Paris, celebrado em dezembro de 2015, se constituiu em um tratado no qual 195 países se comprometeram a reduzir suas emissões atmosféricas com o intuito de mitigar os efeitos do aquecimento global. Em resumo, o seu objetivo é de manter o aumento da temperatura média mundial em bem menos de 2°C acima dos níveis pré-industriais e o Brasil se comprometeu, até o ano de 2025, a promover uma redução das suas emissões de gases de efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005.

Vale dizer que o seu cumprimento é crucial para a humanidade. Afinal, a comunidade científica internacional (por meio do "IPCC", Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) publicou relatório no segundo semestre de 2018 expondo que, se as emissões atmosféricas mantiverem a escalada atual, a atmosfera vai se aquecer em pelo menos 1,5º C até 2040, intensificando secas e inundações, agravando a pobreza mundial e afetando, em alguns anos, milhões de pessoas.

Dito isso, ao menos semanalmente nos deparamos com notícias e declarações sobre a permanência ou saída neste compromisso internacional. Opiniões pela renúncia e pela continuidade do compromisso foram colocadas, entretanto, no último dia 22 de janeiro, por meio de rápida sinalização informal, soubemos que, por ora, o Brasil deve seguir no Acordo.

A própria Constituição Federal expôs ser de competência exclusiva do Congresso 'resolver definitivamente sobre tratados'

Sobre este ponto, nos questionamos: o que ocorreria caso o presidente da República efetivamente optasse pela renúncia ao Acordo? Tal intenção poderia se concretizar por ato unilateral do Poder Executivo?

Neste tema, convém ressaltar que o Acordo seguiu todo o trâmite constitucional de celebração e ratificação de tratados internacionais, na medida em que o texto foi aprovado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto

Legislativo n.º 140/2016. Mais adiante, o Acordo teve sua promulgação reconhecida por meio do Decreto Federal n.º 9.073/2017.

Logo, se formalizada uma eventual decisão do chefe do Poder Executivo pela renúncia, nos depararíamos com uma grande problemática jurídica quanto à competência deste ato. Em resumo, uma vez que o texto constitucional se limitou a dizer que é competência do presidente da República "celebrar tratados, sujeitos à referendo do Congresso" (art. 84, inciso VIII), mas silenciou neste mesmo parágrafo sobre a renúncia, construiu-se uma corrente doutrinária onde a revogação de compromisso internacional assumido pelo Estado brasileiro dependeria tão somente de ato exclusivo do Chefe do Poder Executivo.

Não parece ser esse o mais correto entendimento, uma vez que a própria Constituição expôs ser de competência exclusiva do Congresso "resolver definitivamente sobre tratados" (art. 49, I).

De todas as formas, o tema não está solucionado pela jurisprudência, posto que o Supremo Tribunal Federal, já provocado na discussão, ainda não concluiu julgamento sobre quem possui a competência de denunciar tratados internacionais. Isto é, a Presidência unilateralmente ou o Congresso revalidando ato provocado pelo chefe do Poder Executivo.

Lamentavelmente, o impasse já dura décadas. Em 1997 foi ajuizada a ADI nº 1.625/DF perante o STF, visando obter a declaração de inconstitucionalidade de Decreto presidencial, quando o chefe do Poder Executivo à época, mediante o Decreto Federal nº 2.100/1996, denunciou e renunciou à Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho sem a submissão prévia deste ato ao crivo do Congresso Nacional.

Por sua vez, tal ADI é ainda pendente de decisão definitiva e teve seu julgamento suspenso no ano de 2016, com alguns votos já proferidos e divergentes entre si, sendo que, atualmente, os autos aguardam devolução para processamento e seguimento do debate.

Nesse debate, o entendimento da competência exclusiva do presidente da República pela denúncia de tratados internacionais é incorreto e não representa a intenção do legislador constitucional, ou seja, é indispensável que qualquer revogação de compromisso estabelecido pelo Estado Brasileiro seja confirmada pelo Poder Legislativo.

Isto se justifica seja pelo texto constitucional explícito que utiliza o termo "definitivamente" quando define a competência pela resolução de tratados, pela própria preservação e equilíbrio dos Poderes da República ou mesmo pelo

dispositivo do artigo 1º, parágrafo único da Lei Maior, onde "todo o poder emana do povo" - impedindo, portanto, que a mera vontade do presidente seja suficiente para ato de tamanha relevância.

A despeito do atual silêncio do STF, torcemos para que sequer tenhamos que discutir esta possibilidade. Em outras palavras, desejamos que os compromissos já honrados sejam cabalmente respeitados, uma vez que o Acordo é um indispensável instrumento mundial para o combate ao aquecimento global.

Esperamos, portanto, que a nossa saída do Acordo nunca seja cogitada e que o Brasil se preocupe em segui-lo à risca e dar o exemplo aos outros signatários nesta relevante e desafiadora agenda de preservação ambiental que visa garantir às próximas gerações a continuidade de nossa espécie.

Rafael Fernando Feldmann é mestre em direito internacional pelo Instituto de Empresa de Madri e sócio de R. Feldmann Advogados, escritório especializado em meio ambiente, mobilidade urbana e empreendedorismo.

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/02/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título: Clyde & Co vai representar seguradoras no caso Vale

Coluna do Broadcast

Após seleção entre escritórios de advocacia exclusivamente internacionais, o inglês Clyde & Co foi escolhido pelas seguradoras e resseguradoras para acompanhar o caso da barragem da Vale, em Brumadinho. Os advogados vão atuar tanto do lado das companhias que estão na apólice de dano material – Chubb, Mapfre, Swiss Re Corporate Solutions e FM Global – como também em responsabilidade civil – Allianz. A escolha não é em vão. O Clyde & Co também atuou no caso da Samarco, em Mariana, e há um verdadeiro imbróglio na liberação das indenizações que se arrastam desde 2015. Desta vez, contudo, a ordem das empresas seria pagar o sinistro, ao menos de quem responde por dano material. A expectativa de envolvidos é de que o caso seja resolvido ainda este ano.

» Calculadora. Do lado dos danos materiais, cálculos iniciais indicam perdas de US\$ 500 milhões em Brumadinho. No entanto, só US\$ 100 milhões devem ser assumidos por seguradoras e resseguradoras. Já na apólice de responsabilidade civil, o limite é de até US\$ 2 bilhões, sendo US\$ 400 milhões em danos ambientais. Desde Mariana, o mercado de seguros ficou mais restrito às mineradoras. No caso da Vale, a companhia foi obrigada a assumir mais responsabilidade para ter acesso à proteção.

» Minha imagem. Já no seguro de reputação de executivos (D&O, na sigla em inglês) da Vale, nas mãos da Zurich, quem atuará é o brasileiro F. Torres, de Fábio Torres. Depois de Mariana, o valor do seguro de D&O da Vale caiu para US\$ 150 milhões, com a companhia tendo de pagar mais para tê-lo. O aviso de sinistro já foi feito e a mineradora tem informado todas as ações contra a companhia. Procurados, os escritórios não comentaram.

» Primeiro time. Entre as reuniões no evento do Credit Suisse, os participantes do evento ouviram apresentações dos ministros Dias Toffoli (STF) e Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura) e do secretário Salim Mattar (Privatizações). Também falaram de presidentes e vice-presidentes de bancos como Pedro Guimarães (Caixa) e Carlos Hamilton Vasconcelos (BB), bem como os presidentes da estatais Roberto Castello Branco (Petrobrás) e Wilson Ferreira Junior (Eletrobrás).

COM CRISTIANE BARBIERI

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Vale ou não?

Direto da fonte

Procuradores, promotores e defensores de MG e do ES reclamam das impugnações, pedidas pela Samarco, de alguns deveres previstos no TAC que gerou a Fundação Renova – criada para mitigar os estragos da tragédia de Mariana. Exemplo? O comitê que orienta os trabalhos da fundação mandou fornecer água potável à Comunidade de Degredo, em Linhares (ES). A Samarco sustentou que não há relação entre a tragédia e a “alegada má qualidade da água”. Em seu site, a fundação elenca a comunidade, às margens do Rio Doce, como uma das áreas afetadas.

Vale 2

O MP tampouco gostou da Samarco pedir para descontar, da indenização por lucros cessantes, valores pagos como auxílio emergencial aos atingidos.

Vale 3

As demandas foram atendidas pelo juiz Mário Franco Júnior, da 12.^a Vara Federal de BH. Procurada, informou que, até dezembro, foram destinados R\$ 5,2 bi em ações de reparação.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 01/02/2019****Seção: Notas e Informações****Autor:****Título: O fim de um símbolo escandaloso**

A venda, pela Petrobrás, da Refinaria de Pasadena, no Estado do Texas (Estados Unidos), marca o fim de um episódio que simbolizou o desastroso modelo de gestão que o governo lulopetista impôs à estatal, para dela extrair recursos criminosamente em favor de partidos e aliados políticos, funcionários públicos e agentes privados. Evidencia, também, o custo com o qual a empresa está tendo de arcar para superar as mazelas deixadas pela antiga gestão e recuperar paulatinamente sua capacidade operacional e financeira.

O exame das condições em que a refinaria foi comprada em 2006 e dos valores envolvidos no negócio deixa claro o modo como os gestores indicados pelo governo do PT lidavam com os recursos financeiros que lhes cabia administrar. Em 2006, autorizada pelo Conselho de Administração, a diretoria executiva da Petrobrás comprou, da empresa belga Astra Oil, metade da refinaria por US\$ 360 milhões. Era um negócio polêmico, pois um ano antes o grupo belga havia adquirido o controle total da unidade texana pelo valor de US\$ 42 milhões.

Nesse negócio, a Astra ganhou US\$ 359 milhões, ou 17 vezes o valor que aplicara um ano antes (US\$ 21 milhões, metade do que a refinaria lhe custara). Mas os exorbitantes ganhos da Astra ainda cresceriam, e bem mais, graças a estranhas cláusulas inseridas no contrato de venda da refinaria. O documento estabelecia que, em caso de desacordo comercial, a empresa belga poderia sair da sociedade e a Petrobrás seria obrigada a indenizá-la por um valor previamente determinado. A Astra valeu-se dessa cláusula e, pela retirada da sociedade, recebeu US\$ 820 milhões da estatal brasileira em 2012.

Todo o negócio, a despeito da notável perda imposta à Petrobrás, foi aprovado pelo Conselho de Administração da empresa, que, na época de sua realização,

era presidido pela ministra- chefe da Casa Civil do governo Lula, Dilma Rousseff, mais tarde eleita presidente da República. Em março de 2014, quando o Estado revelou seu envolvimento no caso, a já presidente da República Dilma Rousseff justificou-se alegando que só dera seu aval para a compra da Refinaria de Pasadena porque baseara sua decisão num "resumo tecnicamente falho", elaborado pelo então diretor da área internacional da Petrobrás, Nestor Cerveró.

Cerveró, como se sabe, foi preso e condenado por seu envolvimento em episódios de corrupção na Petrobrás desvendados pela Operação Lava Jato. Seu sucessor no cargo, Jorge Luiz Zelada, bem como outros diretores e executivos da estatal foram presos e condenados pela mesma razão. Os gastos da Petrobrás com a Refinaria de Pasadena não se limitaram ao valor pago em duas parcelas, que somam US\$ 1,18 bilhão, pela compra de seu controle total. Durante o período em que administrou a unidade texana, a estatal investiu outros US\$ 685 milhões em melhorias operacionais, segurança, meio ambiente e outros itens.

Tudo somado, chega-se praticamente a US\$ 1,9 bilhão. Pela venda de Pasadena, para a americana Chevron, a Petrobrás receberá US\$ 562 milhões, menos de um terço do que gastou. Mas, ainda assim, será um negócio justificável. Pasadena, na verdade, é apenas parte das graves perdas que a administração petista impôs à estatal. O amplo esquema de corrupção que o lulopetismo infiltrou na gestão da estatal resultou em bilhões de dólares desviados para cofres de partidos e bolsos de funcionários públicos e executivos de empresas privadas.

A utilização intensa e prolongada, pelos governos petistas, da Petrobrás como instrumento de política de contenção da inflação – por meio do controle dos preços dos derivados de petróleo – resultou em outros prejuízos de dezenas de bilhões de reais para a área de refino e distribuição da empresa, o que corroeu profundamente seus resultados financeiros, comprometeu seu programa de investimentos e elevou seus índices de endividamento. As novas gestões, indicadas pelos governos Temer e Bolsonaro, vêm procurando reduzir a dívida por meio da venda de ativos considerados não essenciais, entre os quais a Refinaria de Pasadena.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/02/2019

Seção: Espaço Aberto

Autor: Vinod Thomas

Título: Crescimento econômico de baixo carbono

A questão que mais se destacou em 2018 para as perspectivas de crescimento econômico dos países foi o impacto devastador da negligência ambiental e da

mudança climática induzida pelo homem. Para o Brasil a escolha se coloca entre buscar um crescimento econômico anual no curto prazo de 3% a 4% em detrimento do meio ambiente, ou se empenhar no crescimento sustentado de longo prazo por meio de ações ambientais e climáticas.

Esta última opção é muito melhor para o País, mas é preciso ter vontade política para ser posta em prática. Quando há uma estagnação no crescimento econômico, é tentador pôr a culpa nas regulamentações ambientais e nas ações climáticas. Porém está claro que crescer à custa da destruição do meio ambiente não produziu o avanço econômico sustentado no Brasil. Uma estratégia de crescimento de longo prazo precisa de investimentos e cuidado, não apenas em relação ao capital físico e humano, mas também ao capital natural, especialmente num país como o Brasil, com a riqueza de seus recursos naturais.

Além disso, as recentes inundações, tempestades, secas e ondas de calor que bateram recordes alertam que o aumento das emissões de carbono vai acelerar a mudança climática, prejudicando vidas e meios de subsistência e reduzindo o crescimento econômico. Com a sua extensa costa e diversos tipos de solo, o Brasil é altamente vulnerável a enchentes e secas. Os perigos estão aqui e agora.

Os cientistas vêm alertando que a maior probabilidade da ocorrência desses eventos extremos está associada às emissões de carbono e mudanças no clima. Em 2018 houve chuvas intensas na cidade de São Paulo e a precipitação em apenas uma hora no Rio de Janeiro correspondeu à de um mês inteiro. O Sudeste foi atingido recentemente por uma prolongada seca, exacerbada pelo desmatamento e as mudanças climáticas. Enquanto isso, a Argentina e o Uruguai sofreram secas recordes. Nos Estados Unidos houve grandes destruições provocadas por enchentes monumentais e pelos piores incêndios florestais da história do país.

O Brasil é o 11.º maior emissor de dióxido de carbono, mas tem sido também um dos líderes na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Como maior mercado de energia renovável da América Latina, o País pode se tornar altamente competitivo em energia eólica, solar e hídrica. Energia renovável pode ser o maior nicho das contribuições do Brasil e um motor de crescimento econômico. Contudo, após os avanços registrados desde 2005, houve um recente e acentuado aumento do desmatamento e das emissões de carbono – o que vai em sentido contrário ao compromisso assumido pelo Brasil no Acordo de Paris de reduzir a zero o desmatamento ilegal na Amazônia brasileira em 2030.

Em agosto de 2018 o País derrubou três vezes mais árvores do que a área devastada no mesmo período do ano anterior. A importância do Acordo de Paris é que todos os países, ao imporem limites às emissões de carbono, criaram um instrumento valioso, como o estabelecimento do preço de uma matéria-prima, para modificar e compartilhar o uso do ar, que, por ser livre, acaba sendo mal utilizado. A adoção dessa medida por todos os interessados acarretará grandes benefícios para a economia brasileira.

Com milhões de hectares de terras abandonadas ou subutilizadas, o Brasil pode usar os solos degradados para expandir a fronteira agrícola, sem precisar se aventurar em novas áreas. Afinal, o desmatamento ilegal é, em sua maior parte, a apropriação privada de recursos públicos, com impacto econômico negativo. O crescimento de baixo carbono na agropecuária também se estende ao transporte, no qual é possível depender menos de novas estradas e mais de ferrovias e hidrovias. Outros países também necessitam realizar profundas mudanças.

As emissões da China continuam a aumentar, embora o país esteja investindo em energia renovável. A atual administração dos Estados Unidos vem desmontando as políticas de proteção do meio ambiente, substituindo-as por ações favoráveis aos combustíveis fósseis, que poderão provocar um grande aumento das emissões de carbono – o que prejudica a vida dos americanos e constitui um crime contra o desenvolvimento global. Enquanto isso, algumas soluções políticas e tecnológicas estão sendo adotadas em âmbito local.

O número de cidades no mundo que utilizam energia limpa duplicou nos últimos três anos. Uma lei de 2018 aprovada na Califórnia exige que toda a eletricidade seja proveniente de fontes renováveis ou sem emissões de carbono até 2045, com metas intermediárias para 2026 e 2030. Chile, Alemanha, México, África do Sul e Reino Unido estão começando a cobrar impostos sobre o carbono. Relatórios das Nações Unidas e do governo dos Estados Unidos, divulgados no ano passado, sugerem que se está reduzindo rapidamente a expectativa do alcance de um nível máximo das emissões globais em 2020, passando, na sequência, a uma queda acentuada, para manter o aumento da temperatura abaixo de dois graus centígrados.

Se os países principais emissores, incluindo o Brasil, seguirem a rota de aumento para as emissões de carbono, o aquecimento atingirá de fato mais de dois e até três graus Celsius, impedindo assim todas as perspectivas de crescimento econômico. A pergunta crucial não é se o Brasil vai retomar o crescimento, mas como esse crescimento se pode concretizar incorporando as ações sobre o clima. O País é altamente vulnerável às mudanças climáticas e tem todo o incentivo para liderar o mundo na transição para um caminho de baixas emissões de carbono.

PH.D EM ECONOMIA PELA UNIVERSIDADE DE CHICAGO, AUTOR DE "CLIMATE CHANGE AND NATURAL DISASTERS" (2018), FOI DIRETOR DO BANCO MUNDIAL PARA O BRASIL E-MAIL: VNDTHOMAS91@GMAIL.COM

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/02/2019

Seção: Economia

Autor: Lorena Rodrigues / BRASÍLIA Dayanne Sousa / SÃO PAULO

Título: Exportações de minério podem subir

Especialistas avaliam que, apesar do fechamento de minas, Vale tem capacidade de repor produção e a alta no preço deve alavancar vendas

Mesmo após a imensa tragédia humana e ambiental resultante do rompimento de uma barragem da Vale em Brumadinho (MG), as exportações brasileiras de minério de ferro e derivados não deverão ser afetadas neste ano e poderão até aumentar, segundo a avaliação de técnicos da área econômica e especialistas no setor ouvidos pelo 'Estadão/ Broadcast'. A avaliação é de que a empresa tem capacidade para repor a produção perdida com o fechamento de barragens em outras plantas e que a alta do preço no mercado global pode alavancar a exportação do produto. Se confirmado, o aumento nas vendas segue o movimento que ocorreu após o rompimento da barragem em Mariana (MG), em 2015. Naquele ano e nos três seguintes, as exportações de minério de ferro bateram sucessivos recordes.

Desde 2012 as vendas do produto crescem ano após ano. Nesta semana, a Vale anunciou que fechará barragens em Minas Gerais, o que poderá reduzir a produção da empresa em cerca de 40 milhões de toneladas, ou 10% do total exportado pelo Brasil no ano passado. A avaliação dos técnicos do governo é que a empresa poderá compensar essa redução nessas plantas principalmente com a atividade de minas do Pará. O Estado é o principal produtor do minério de ferro exportado pelo Brasil hoje, respondendo por 49% das vendas, seguido por Minas Gerais, com 37%. "A própria Vale tem condição de reestruturar esse volume, ela tem estoques e provavelmente vai fazer um planejamento para manter o atendimento aos compradores", diz o ex-secretário de Comércio Exterior Welber Barral.

Qualidade. Além disso, o produto brasileiro acaba sendo mais demandado por ser considerado de maior rendimento, já que tem em média 62% de ferro, teor maior do que o extraído em outros países. O maior destino da commodity brasileira é a China, que comprou 58% do total exportado pelo Brasil em 2018. Segundo o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil, José Augusto de Castro, ao preço médio de US\$ 52 a tonelada registrado nas

exportações brasileiras de minério no ano passado, a produção que fica comprometida com as paralisações corresponderia a pouco mais de US\$ 2 bilhões, equivalente a menos de 1% do total das vendas brasileiras.

A Vale exporta 90% de sua produção e o minério de ferro, que é o terceiro maior produto de exportação brasileira, respondeu por 8,4% das exportações do País em 2018. As vendas de minério corresponderam a um total de US\$ 20,2 bilhões em 2018, crescimento de 5,3% na comparação com 2017. Mesmo com os impactos ambientais e sociais da tragédia em Brumadinho, os especialistas não acreditam que a Vale perderá espaço no mercado internacional no longo prazo por eventuais problemas de imagem. Ponderam que a China, principal comprador do minério de ferro brasileiro, dificilmente teria toda sua demanda atendida sem a oferta vinda do Brasil.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/02/2019

Seção: Economia

Autor: DENISE LUNA

Título: Justiça derruba interdição de terminal da Vale

Além de estar às voltas com a tragédia de Brumadinho, a Vale teve de se preocupar ontem com a interdição de um terminal de carga em Mangaratiba (RJ). Alegando que as licenças para as principais atividades desenvolvidas no Terminal da Ilha Guaíba (TIG) não haviam sido apresentadas pela empresa, a prefeitura da cidade fluminense resolveu interditar a unidade. Além disso, multou a mineradora em R\$ 20 milhões. A Vale se disse surpresa com a decisão. Informou, em nota no início da tarde, que possui todas as licenças necessárias para a operação do terminal, emitidas pelas autoridades competentes, “o que é de conhecimento da prefeitura”.

E disse que adotaria todas as medidas judiciais para garantir o restabelecimento das atividades no terminal. A decisão da Justiça, nesse caso, foi rápida. À noite, a empresa divulgou uma nota informando ter obtido decisão favorável ao restabelecimento das atividades no terminal. “O TIG apresentou todas as licenças ambientais válidas e a prefeitura de Mangaratiba decidiu cancelar a ordem de interdição no terminal”, disse a mineradora. Construído em 1973, o terminal recebe cerca de 40 milhões toneladas por ano de minério de ferro, que chegam por vagões e passam pelo transbordo no terminal, e depois são levados por navios ao Porto de Sepetiba para exportação.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 01/02/2019****Seção: Economia****Autor:****Título: Mineradora tem bloqueios de R\$ 12,6 bi**

O juiz Ordenisio Cesar dos Santos, titular da 5.^a Vara do Trabalho de Betim, determinou ontem o bloqueio de mais R\$ 800 milhões da mineradora Vale. O valor congelado visa a assegurar a reparação dos danos morais coletivos dos atingidos pelo rompimento da Barragem I da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG). Ao todo, a Justiça já decretou o bloqueio de R\$ 12,6 bilhões da empresa. Na segunda-feira, a juíza plantonista Renata Lopes Vale determinou o bloqueio de R\$ 800 milhões da Vale para assegurar as indenizações necessárias às famílias atingidas pelo rompimento da barragem.

No domingo, o Ministério Público do Trabalho em MG solicitou o bloqueio de R\$ 1,6 bilhão da mineradora a fim de garantir o pagamento de eventuais indenizações às famílias das vítimas e dos sobreviventes da tragédia. O procurador do trabalho Geraldo Emediato disse ao Estado que os R\$ 800 milhões bloqueados para o pagamento de danos morais coletivos podem servir para subsidiar ações sociais, amparar hospitais, bombeiros, polícia civil, comunidades, entidades filantrópicas e assistenciais. O titular da 5.^a Vara determinou ainda que a Vale apresente, no prazo de 10 dias úteis, a relação de todos os seus empregados diretos, indiretos, avulsos, e terceirizados, e os documentos correspondentes, sob pena de multa diária. / TEO CURY

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 01/02/2019****Seção: Metrópole****Autor: Felipe Frazão / BRASÍLIA****Título: Câmara arquiva 22 projetos de lei sobre mineração**

Propostas previam mudanças na legislação de segurança de barragens, elevando o rigor contra infratores e beneficiando vítimas, e acabaram ficando meses na gaveta ou tendo tramitação lenta; governo Bolsonaro promete agora enviar projeto para revisar legislação

A Câmara dos Deputados vai arquivar ao menos 22 propostas apresentadas após o acidente de Mariana, em 2015, que previam mudanças na lei de segurança de barragens, elevando o rigor contra infratores e beneficiando vítimas. Parte dos projetos ficou meses e até anos na gaveta e outra parcela teve tramitação lenta. Hoje tomam posse os deputados eleitos em 2018. Entre

os acidentes de Mariana e o de Brumadinho, tramitaram 25 projetos de lei, 19 requerimentos de informação, 3 indicações ao Executivo e 2 medidas provisórias – entre elas a que criou a Agência Nacional de Mineração.

Os projetos serão arquivados por causa da troca de legislatura – se a matéria não está pronta para votação no plenário, é uma das que podem ser engavetadas na Casa. Levantamento feito pela reportagem mostra que o interesse pelo tema caiu ao longo do tempo. Em 2015, após o rompimento da barragem de Mariana, em 5 de novembro, os deputados correram para propor 13 projetos nas semanas seguintes. Em 2016, foram nove. No ano seguinte, três. E nenhum em 2018.

Após o rompimento de Brumadinho, que deixou pelo menos 110 mortos e tem 238 desaparecidos, o Congresso voltará ao tema porque o governo Jair Bolsonaro promete enviar "de forma imediata" uma revisão da lei que trata da Política Nacional de Segurança de Barragens. Ontem, o Palácio do Planalto informou que os estudos estão avançados, mas ainda não há detalhes. Alguns dos projetos arquivados já tratavam de alterações nessa política.

Temas. Entre essas propostas, havia pedidos de informação ao governo federal sobre indenização a vítimas e estado das barragens no País; ampliação de exigências no licenciamento; tentativas de elevar penas e multas em crimes ambientais; obrigar a Defesa Civil a vistoriar barragens; exigir a contratação de seguro contra rompimento; a fazer cadastro demográfico em áreas de risco; e a facilitar às vítimas o acesso ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em caso de desastre.

Três projetos saíram da comissão externa criada para acompanhar desdobramentos do acidente em Mariana. Foram apresentados no relatório final, em maio de 2016. Um foi rejeitado em comissão temática, outro teve a tramitação retardada por omissão do relator e o terceiro, atrelado a propostas semelhantes, foi aprovado só no fim de 2018 na primeira comissão por que deveria passar.

O deputado Ronaldo Benedet (MDB-SC) ficou 1 ano e 4 meses sem se manifestar sobre o projeto de lei que relatava na **Comissão de Minas e Energia**. Esse previa a elaboração de Planos de Ação de Emergência para todas as barragens do País, independentemente do grau de risco. Em 2014, 11% das receitas declaradas de campanha do deputado (R\$ 197 mil) vieram de empresas do setor de mineração de Santa Catarina.

Ao Estado, Benedet disse que devolveu a relatoria porque recebeu de assessores a informação de que não haveria mais reuniões da Comissão de Meio Ambiente. Outro projeto originado na comissão externa tentava equiparar

a "resíduos perigosos" os rejeitos de mineração depositados em barragens com comunidades próximas. O texto foi rejeitado sem discussão.

O deputado Vitor Lippi (PSDB-SP), relator na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, dizia estar convicto de que as leis ambiental e mineral já "impõem ao minerador a devida responsabilidade administrativa, civil e penal sobre os rejeitos da atividade". Ao Estado, afirmou não haver conflito de interesses com mineradoras e ter dado parecer para rejeitar o projeto com base em estudos da consultoria da Câmara.

Antes de ir para as mãos dele, o projeto ficou quase um ano nas mãos do deputado Rogerio Marinho (PSDB-RN), entre maio de 2016 e abril de 2017. E sem manifestação. Marinho hoje é secretário especial de Previdência no governo Bolsonaro. À reportagem, disse que não pediu a relatoria do projeto, fora de sua área de atuação.

Já o projeto que permitiria, em caso de desastre ambiental, aumento da multa em até cem vezes o valor máximo independentemente da reparação integral dos danos foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente e ainda deve passar pelas comissões de Finanças e Tributação e pela de Constituição e Justiça. Por tramitar junto a um projeto do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), não foi arquivado.

Os deputados da comissão externa também fizeram críticas e sugeriram ajustes ao Código da Mineração, que tramitava na Câmara sob comando do deputado Leonardo Quintão (MDB-MG) – financiado por mineradoras, não reeleito e hoje articulador político de Bolsonaro. Segundo a comissão, Quintão acolhera mais reivindicações do setor produtivo, em detrimento dos movimentos sociais e ambientalistas.

Apesar das críticas, Quintão afirmou ao Estado não ter interferido nas propostas. "Não atuei (contra as propostas). Sempre lutei pelo novo Código de Mineração." / COLABOROU ANNE WARTH

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/02/2019

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Bolsonaro quer licenciamento unificado

O presidente Jair Bolsonaro encomendou a sua equipe um plano de licenciamento ambiental unificado. O objetivo é acelerar o processo de concessão de licenças, reduzindo a burocracia e colocando os órgãos que tratam do mesmo assunto para se entenderem, racionalizando o processo. Antes da

tragédia de Brumadinho, há uma semana, ele já havia encomendado a elaboração desse projeto, de olho na atração de empresas que queiram investir no País.

Um grupo interministerial vai discutir a forma de racionalizar as normas. Técnicos do governo afirmam que não se trata de flexibilizar regras, mas torná-las mais viáveis. Uma licença que precisasse de autorização de cada uma das agências de água, de mineração, de energia elétrica, além dos órgãos estaduais, por exemplo, passaria por um único conglomerado. É possível que a mudança dependa de aval do Congresso. O governo poderá mandar outro texto para o Legislativo ou aproveitar projetos já em tramitação. / TANIA MONTEIRO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: Cecília do Lago Marco Antônio Carvalho

Título: Doações da Vale a políticos somaram R\$ 82 mi em 2014

Centenas de deputados em 25 Estados se elegeram, contando com ajuda da empresa durante a campanha

A Vale e suas mineradoras e empresas subsidiárias influenciaram em 25 Estados e no Congresso Nacional ao distribuir, por meio de doações oficiais e legalizadas, recursos que somaram R\$ 82,2 milhões a deputados, senadores, governadores e aos três candidatos mais votados à presidência, segundo levantamento do Estadão Dados.

No total, 139 parlamentares estaduais e 101 federais, além de sete governadores e dez senadores, foram eleitos em 2014 – para a legislatura que se encerra neste mês – com alguma participação dessas mineradoras em suas campanhas. Doações de empresas a políticos já não são mais permitidas. O total colocou a Vale entre os maiores protagonistas de financiamento de campanha naquele ano, em patamar só comparável à JBS, empresa de alimentação que informou em delação premiada ao Ministério Público o caráter ilegal do dinheiro doado.

As doações da mineradora são concentradas em Estados onde a empresa desenvolve operações volumosas, como Minas (18%), Pará (8,8%) e Espírito Santo (8,2%), mas compreende diferentes partidos, do PT ao PSDB, com destaque para políticos do PMDB. No total, candidatos de 27 partidos diferentes receberam doação dessas mineradoras. Defesa. O cientista político da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Cláudio Couto vê ligação direta entre as doações e a defesa da agenda da doadora.

"A empresa espera que o político defenda seus interesses, e isso não significa agir necessariamente de forma corrupta para facilitar algo. Mas que defenda um marco regulatório nos moldes desejados, por exemplo", explica ele. "E isso não é peculiar à mineração. Acontece com vários setores", acrescenta. A miríade de doações fez com que políticos que receberam valores da Vale fossem maioria entre os eleitos, como é o caso do Espírito Santo, onde oito dos dez deputados federais receberam doações da empresa.

A porcentagem é alta também entre eleitos para o Congresso por Minas (64,5%), Sergipe (50%) e Pará (47%). Nas assembleias estaduais, o padrão é o mesmo: 16 dos 24 deputados do Mato Grosso do Sul receberam dinheiro da Vale, 24 dos 41 no Pará e 45 dos 77 em Minas. "A Vale nem me procura porque sabe que não vou aceitar", diz o deputado estadual de Minas João Vítor Xavier (PSDB), autor de um projeto que previa maior rigor na fiscalização de barragens e pretendia desativar modelos como os de Brumadinho e Mariana – construídas com a técnica de alteamento à montante, considerada obsoleta e insegura.

Em julho de 2018, sua proposta acabou reprovada na **Comissão de Minas e Energia** da Assembleia mineira por três votos a um. Dois dos três que votaram contra receberam doação da Vale em 2014. "Durou 30 segundos a análise e eles votaram contra. Passamos oito meses desenvolvendo a proposta com população, Ministério Público e Ibama, mas eles não quiseram ouvir os argumentos técnicos e preferiram ouvir as mineradoras", diz. Reeleito para mais um mandato, Xavier promete encampar novamente o projeto, dessa vez "esperançoso por mudança".

Vale. O Estado perguntou à Vale com que fins institucionais a empresa fazia as doações, como foram escolhidos os candidatos que receberam recursos, por que as doações são mais volumosas nos Estados onde há mais operações da mineradora, se a empresa manteve contatos com os parlamentares eleitos com ajuda da Vale e se há nova política para doação por pessoa física – única modalidade permitida pela lei atual. As perguntas não foram respondidas até as 22 horas de ontem.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: André Borges ENVIADO ESPECIAL BRUMADINHO (MG)

Título: Sob a lama, o lento trabalho de heróis

Bombeiros vasculham rejeitos cada vez mais fundo em busca de corpos; prazo para encerrar resgate em Brumadinho ainda é desconhecido

Lucas rasteja na lama, tenta se equilibrar em cima do tronco de árvore tombado. Há um tênis destroçado ao seu lado. É o indício que o leva a crer que pode haver alguém ali debaixo. Enfia o braço no barro, vasculha o mais fundo que pode. Avança um pouco mais, engatinha, atola o corpo no rejeito. O caminho é esse, não tem outra forma. No dia anterior, achou uma perna. Ele está em busca de corpos há mais de 48 horas. De longe, o batalhão de bombeiros de Belo Horizonte que integra é uma imagem turva em meio a escombros.

São pequenos pontos vermelhos que se movem lentamente sobre dezenas de quilômetros do lamaçal. De perto, cada homem tem o passo calculado, toda a atenção voltada sobre onde colocar os pés, em que apoiar as mãos. A lama é traiçoeira, prende e puxa para baixo. E há mais de dez metros de profundidade dela neste trecho, na beira do barranco. "Nunca vi nada assim", diz o soldado Lucas Antunes, de 30 anos. Com máscara e óculos de proteção, responde às perguntas que faço, mas não se distrai.

Tem os olhos fixos no barro mole. Dessa vez, não encontrou nada. "É desse jeito. Tem de ter paciência, é um trabalho lento." Nos cinco anos dedicados ao Corpo de Bombeiros, o rapaz de João Monlevade, um dos tantos municípios mineiros forjados na exploração do ferro, passou por várias missões, mas, como a maior parte dos jovens que entraram para a profissão, não coleciona grandes tragédias no currículo. Então, vem Brumadinho. "Não dá para esquecer nunca disso aqui. É uma lição para a vida."

Ainda não há data de ir para casa, mas ele quer uma. A mulher e o pequeno Lucas Antonio esperam pelo bombeiro em casa, em BH. "Meu filho faz dois anos no dia 3. Se Deus quiser, estarei com a minha família pra comemorar." Difícil saber. Sem prazo. Os funcionários públicos de Minas, incluindo bombeiros, estão com o 13.º salário de 2018 atrasado e receberão o benefício parcelado ao longo do ano. O fim do trabalho em Brumadinho ainda é uma incógnita.

Calcula-se o número de mortos e desaparecidos, multas e doações e projeta-se a extensão dos danos. O fim das buscas, porém, ainda é tarefa de prazo indeterminado e assunto proibido para milhares de parentes que esperam resposta. Tampouco é possível prever exatamente quanto tempo custará a retirada de toda a lama podre que encobriu a cidade. E esta será, de fato, uma exigência da população e do poder público aos culpados pela enxurrada de crimes que cometeram.

São assuntos que, no momento, não passam pela cabeça de Lucas e dos companheiros que vasculham a lama. Apoiados em madeiras, canos, galões de combustíveis e tudo o mais que encontram pela frente, brigadistas e voluntários

seguem pelo barro, em busca de sinais de vítimas. É a missão. Lucas volta ao trabalho. Uma chuva forte está a caminho, para dificultar um pouco mais.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: Pablo Pereira ENVIADO ESPECIAL BENTO RODRIGUES (MG)

Título: Em Mariana, memória do desastre e espera por um novo lar

Casas de 230 famílias afetadas pelo desastre devem ficar prontas só em 2020; desabrigados hoje vivem de aluguel

As máquinas de terraplenagem trabalham no arruamento do que será a nova vila de Bento Rodrigues, destruída pelo rompimento da barragem da Samarco, na localidade que é subdistrito de Camargos, em Mariana, a 148 quilômetros de Belo Horizonte, em 5 de novembro de 2015. As casas dos 620 desalojados, cerca de 230 famílias, porém, só devem estar prontas no segundo semestre de 2020.

Até lá, os moradores vão continuar morando de aluguel, espalhados por Mariana, e recebendo ajuda financeira equivalente a um salário mínimo, mais 20% desse valor por dependente e uma cesta básica. "Dá uns R\$ 1,5 mil, não dá para nada", afirmou o comerciante José do Nascimento de Jesus, de 73 anos, presidente da Associação Comunitária de Bento Rodrigues.

"Aquilo foi o presente de aniversário que me deram", disse Zezinho de Bento, como é conhecido na região. Ele nasceu no dia 3 de novembro. Morando em um apartamento alugado em Mariana, que tem três quartos, com suíte, sala, cozinha e dois banheiros, Zezinho de Bento é o representante dos moradores desalojados e o encarregado do grupo dos atingidos pela barragem de fiscalizar a obra da nova vila.

O terreno escolhido tem 384 hectares e está a cerca de 13 quilômetros da vila destruída. "Fica no alto do morro e bem mais perto de Mariana", disse ele. Para a agente de saúde Cláudia de Fátima Alves, de 37 anos, solteira, também da comissão de desalojados, os antigos moradores estão com esperança de que logo possam estar nas novas casas. "A obra agora está andando", disse Cláudia, que morava na Rua São Bento, 415, na vila.

"Vamos ver se vai mesmo ser cumprido o cronograma." Fantasma. No vale devastado pelo rompimento da barragem, que deixou 19 mortos, as casas hoje formam uma vila fantasma, com mato crescendo por dentro e marcas da tragédia expostas por todo lado. Na parte mais alta, as casas ainda têm paredes em pé e muitas ainda com teto. Mas na parte mais baixa, perto do lago dos

diques de contenção, cacos de paredes são só esqueletos amarelados de barro. Numa delas, com marcas do lodo ainda grudado de alto a baixo, um fogão aparece acima da fachada da frente da casa de esquina – abaixo do telhado.

A entrada na área é controlada pela Defesa Civil e representantes da associação comunitária. Segundo fontes que cuidam do local, poucos dos antigos moradores retornam à vila destruída. Uma estrada de terra, poeirenta, leva de Mariana a Bento, passando por uma área privada, com acesso controlado por vigias em guaritas. "Alguns vão lá, principalmente nos fins de semana", disse Zezinho de Bento. "Eu não gosto de ir."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: Giovana Girardi ENVIADA ESPECIAL BRUMADINHO (MG)

Título: Aqui o Paraopeba está morto, diz pesquisadora

A cerca de 40 km abaixo do ponto em que a onda de rejeitos da barragem da Vale encontrou o Rio Paraopeba, uma pequena nascente, limpa, tenta se misturar ao rio e seguir seu curso. Em vão. O rio virou um tijolo líquido. Parece chocolate derretido. A comparação é de Malu Ribeiro, da SOS Mata Atlântica, que lidera expedição iniciada ontem para monitorar a qualidade da água do rio após o acidente na barragem e trazer pistas sobre impactos ambientais.

Ali, porém, não há indicador de qualidade a ser medido. A turbidez é tão alta e densa que tirou todo o oxigênio — principal indicador de vida. Não é possível checar quantidades de nitrato, fosfato ou quaisquer outros parâmetros porque a água virou uma lama só. "A única coisa que podemos dizer aqui é que esse rio está morto", diz Malu.

O plano da expedição, acompanhada pelo Estado, é coletar água em vários locais a partir do marco zero, onde o rio foi contaminado, e checar as condições ao longo de seu curso em direção ao São Francisco, por 356 quilômetros. A previsão é de seguir até a hidrelétrica de Três Marias, já no São Francisco. Há três anos, Malu e a equipe encararam cenário semelhante no Rio Doce, no maior desastre ambiental do País.

"Lá o rejeito era mais fino e ficava sobre a água, não decantava, aqui tomou tudo. É lama mesmo. A corredeira vai movimentando como se fosse uma batedeira de bolo", explica. Outra diferença importante, diz, é o local atingido primeiramente, que é de cabeceira. "Aqui a lama ficou depositada em várias nascentes que abastecem o Paraopeba. Vai continuar descendo constantemente com a água."

O primeiro dia de expedição teve coleta em três pontos. Análises anteriores feitas pelo Estado apontavam que o local tinha qualidade de água em nível regular. Ontem, já era ruim.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: Felipe Resk

Título: Vizinhos nem conhecem barragens em SP

Empresas exploram argila e granito em Perus; Defesa Civil disse ter recebido planos de emergência de empresas

O aposentado Jair Nogueira, de 73 anos, mora em Perus, zona norte de São Paulo, área de operação de duas barragens com alto potencial de danos. "Para ser honesto, nunca tinha me preocupado com isso", diz ele, do terraço de casa de onde se vê a pedreira em atividade. "Com isso acontecendo em Minas, bate aquele medo. Às vezes, para acontecer é do nada, né?"

Segundo relatório da Agência Nacional de Mineração (ANM), de janeiro, as duas têm classificação "alta" em potencial de danos – há risco de perda de vidas e impactos econômicos, sociais e ambientais em caso de ruptura ou vazamento dos rejeitos. Por sua vez, o risco de segurança da estrutura é considerado "médio" no caso de Clarificação e "baixo" (o mais seguro da análise) no de Juruaçu.

Na região, o mais comum é encontrar moradores que nem sabem da existência das estruturas. "Só tomei conhecimento hoje (ontem)", disse Vágner Santos, de 27 anos. Embora exista barragem pelo menos desde a década de 1980, todos afirmam não ter sido orientados sobre procedimentos em caso de acidente. "Nunca disseram nada. Não sei o que faria", afirma a aposentada Luzia Costa, de 67.

Em 2017, o Ministério Público Federal entrou com ação civil pública contra a ANM para aumentar a segurança das barragens de Clarificação, que explora argila, e a da Pedreira de Juruaçu, cujo carro-chefe é granito, em Perus. A primeira é administrada pela Territorial São Paulo. A segunda, pela Embu S. A. Engenharia e Comércio – as empresas não são rés na ação.

Em outubro de 2017, a Justiça Federal determinou que a ANM analisasse os planos de segurança das estruturas. O Estado não conseguiu localizar a agência ontem à noite, para saber que providências foram tomadas. As empresas

afirmam que as barragens não têm risco. Em nota, a Território São Paulo diz ter contratado consultoria que atestou a segurança do local e que faz monitoramento conforme a lei.

O Estado não localizou representantes da Emu S.A. ontem. Em nota no site, a empresa informa que construiu a estrutura à jusante, tipo mais seguro, e com altura final abaixo da projetada. Também diz fazer as inspeções exigidas. As barragens que romperam em Mariana e Brumadinho eram do tipo à montante, mais inseguro.

Município. Em nota, a Defesa Civil municipal disse ter recebido em 2018 os planos de emergência das empresas. O órgão está em tratativas com o Estado para preparar o plano de emergência, que será apresentado em breve à população.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: Anne Warth Teo Cury / BRASÍLIA

Título: Vale buscará acordos para indenização

Presidente diz que empresa vai abdicar de qualquer ação judicial sobre o caso; ele negou preocupação com prisões ou punições futuras

O presidente da Vale, Fábio Schvartsman, disse ontem que a empresa pretende acelerar ao máximo o pagamento de indenizações às famílias das vítimas da tragédia em Brumadinho (MG). Segundo o executivo, a Vale vai abdicar de qualquer ação judicial sobre o caso e optará por acordos extrajudiciais. O anúncio foi feito após reunião com a procuradora-geral da República, Raquel Dodge.

"Falamos a ela sobre a nossa intenção. Queremos fazer acordos extrajudiciais e estamos buscando assinar, com a maior celeridade possível, ações com as autoridades do Estado de Minas que permitam que a Vale comece imediatamente a fazer frente a este processo indenizatório", disse. Schvartsman disse que Dodge propôs a realização de novas reuniões com a empresa.

"A PGR terá um papel relevante porque existe essa necessidade, mas um primeiro acordo está sendo dirigido no Estado de Minas, que é onde as vítimas estão e onde está a jurisdição do acidente que aconteceu." O valor das indenizações não foi definido. "É o que tiver de ser. Quando for definida a extensão das vítimas, o valor será decorrente disso", disse. Schvartsman negou o temor que executivos sejam responsabilizados pela tragédia.

"Eu não tenho nenhum motivo para temer a prisão de ninguém da Vale", respondeu. E negou que os acordos tenham por objetivo aliviar a aplicação de futuras penalidades à empresa. "Nós não estamos em absoluto preocupados com esta questão. Estamos sinceramente muito chateados e tristes com o que aconteceu e queremos minorar o sofrimento das vítimas."

A mesma resposta foi dada ao ser questionado sobre as possíveis punições pelos impactos ambientais causados pelo rompimento da barragem. "Todos os aspectos foram discutidos, mas concordamos que a primeira atenção é às vítimas." Ele descartou, porém, a possibilidade de que tenha havido conluio entre funcionários da Vale e da Tüv Süd, empresa alemã que atestou a segurança das barragens.

Três empregados da Vale e dois funcionários da Tüv Süd foram presos terça. "A gente compreende que nessa hora, que é de consternação e tristeza, versões estranhas aconteçam de todas as coisas. Do meu conhecimento, nada disso existe. Muito pelo contrário, todo o procedimento da Vale tem sido, em todas as informações que me chegaram, absolutamente pertinentes e corretas."

Sirenes. Sobre uma falha nas sirenes que poderiam alertar funcionários sobre o rompimento da barragem, o executivo disse que o equipamento foi levado pela onda de rejeitos e, por isso, não funcionou da forma esperada.

"A sirene é uma coisa trágica. Em geral, pelo que o histórico de rompimento de barragens demonstra, isso vem com algum aviso. Isso acontece aos poucos. Aqui aconteceu um fato que não é muito usual. Houve um rompimento muito rápido da barragem. E o problema é que a sirene foi engolfada pela queda da barragem, antes que pudesse tocar."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/02/2019

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Ellen Gracie lidera análise independente

O Conselho de Administração da Vale confirmou ontem a ex-ministra do Supremo Tribunal Federal Ellen Gracie como coordenadora do recém-criado comitê independente que vai ajudar a empresa a investigar responsabilidades sobre Brumadinho. A nomeação teve o aval da consultoria internacional Korn Ferry.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 01/02/2019****Seção: Metrópole****Autor: RAFAEL MORAES MOURA e TEO CURY BRASÍLIA****Título: STF e PGR vão monitorar desastres**

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, e a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, assinaram ontem portaria conjunta para a criação de um observatório que pretende garantir resposta mais rápida da Justiça para os atingidos pelas tragédias ambientais de Mariana e Brumadinho, além dos parentes das vítimas do incêndio na boate Kiss, em janeiro de 2013, e de outras questões "ambientais, econômicas e sociais de alta complexidade".

O grupo, que terá 14 integrantes, metade de cada órgão, será responsável por monitorar o andamento de ações judiciais e medidas extrajudiciais, fazer levantamento estatístico sobre sanções impostas, propor estratégias para dar maior rapidez à análise dos processos, facilitar a troca de informações entre membros do Ministério Público e do Judiciário e elaborar relatórios a cada três meses de suas atividades.

"Aquilo que aconteceu em Mariana, na Boate Kiss, ainda não demos enquanto sistema de Justiça a devida resposta. Que isso não se repita em Brumadinho", disse Toffoli. De acordo com Raquel Dodge, o objetivo será apostar "em negociação direta entre vítimas e empresas, mas também em celeridade".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 01/02/2019****Seção: Metrópole****Autor: Roberta Jansen / RIO****Título: 'Se o Estado faz vista grossa, virão tragédias'**

Entrevista

José Adércio Leite Sampaio, procurador que coordena apuração do desastre de Mariana no Ministério Público Federal

Para procurador, falta de fiscal externo ameaça segurança; royalties de mineração deveriam ser usados de melhor forma

Coordenador da Força-tarefa Rio Doce do Ministério Público Federal que apura o desastre de Mariana, José Adércio Sampaio afirmou ao Estado ter alertado, desde 2016, que uma nova tragédia iria, inevitavelmente, acontecer no setor,

uma vez que não há fiscalização independente nas barragens de rejeitos de minério.

O MPF já havia apontado risco de outras tragédias. Por quê?

Alertávamos que, se nada fosse feito, teríamos outras tragédias. Os parâmetros são muito abertos. Tanto que a barragem de Mariana, e a de Brumadinho, eram consideradas estruturas seguras.

Como são esses parâmetros?

Pela lei, a empresa descreve a barragem e identifica dois problemas. Um é o vício estrutural: chance de romper. Nas barragens de rejeitos de minério, o cálculo não dá muita segurança porque o maciço é feito do próprio rejeito. Se não houver monitoramento rigoroso, pode haver problema. Deve também apontar dano potencial. Mesmo se a estrutura é sólida, se houver tragédia é preciso identificar danos potenciais: se há muita gente na área, o nível de contaminação dos rios, solos. Em Mariana e Brumadinho, o risco estrutural era baixo, mas o dano potencial, alto. A lei exige que a mineradora, ou o auditor contratado por ela, declare que a barragem é estável. Em geral, contratam um auditor externo.

Mas o auditor não é confiável?

Sim, mas, em geral, ele faz cálculos com base em dados de monitoramento fornecidos pela empresa. Qual a falha? Podem ser dados filtrados. Nem todos os dados foram repassados aos auditores no caso da Samarco, por exemplo.

A estrutura continuou igual?

Sim. Erramos em 2015, mas podíamos ter mudado protocolos, procedimentos, fazer algo.

E os projetos de leis mais rígidos também foram barrados....

Bato muito nas empresas. Mas resolvi botar o dedo na ferida. Se o Estado continuar fazendo vista grossa, virão mais casos.

Qual é a explicação para isso?

Provavelmente lobby forte de empresas. E inércia do Estado.

Falta verba para a estrutura?

Não. Os royalties da mineração, que deveriam ser usados para estruturar a Agência Nacional de Mineração, têm sido sempre contingenciados. Não são usados para a finalidade que a lei prevê. Daria para comprar equipamentos mais sofisticados. Mas têm sido usados para reduzir o déficit das contas do governo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 01/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Mônica Bergamo

Título: NOTA PROMISSÓRIA

A Vale já depositou R\$ 1 bilhão numa conta judicial para evitar que os recursos fossem bloqueados de uma das suas contas, conforme determinação da Justiça.

Soma

Juízes de Minas Gerais ordenaram outros dois bloqueios, de R\$ 5 bilhões cada, num total de R\$ 10 bilhões, para garantir a reparação de danos a vítimas do acidente em Brumadinho.

PELA METADE

Além do R\$ 1 bilhão depositado, outros cerca de R\$ 4 bilhões foram encontrados e bloqueados. Faltam cerca de R\$ 6 bilhões.

Eu garanto

A defesa da empresa tenta derrubar as decisões no Tribunal de Justiça de MG. Alega que a Vale tem patrimônio suficiente para fazer frente a qualquer eventual obrigação futura e que o congelamento compromete o funcionamento da companhia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 01/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Fernanda Torres

Título: Perdidos no espaço

É avançar no que sobra da Amazônia, cortar madeira de lei e partir pro abraço

Pra que Ibama? Pra que uma agência reguladora? Pra que política, direitos humanos e meio ambiente? Aqui é livre mercado! É autorregulação!

É triplo A, porra!

O importante é liberar as armas, acabar com as reservas indígenas, garantir a segurança e a soberania nacional. É para a frente que se anda, com agrotóxico, terra produtiva e recorde de grãos. Um cercadinho para a lama tóxica e **o nióbio dos ianomâmis é nosso.**

Bíblia neles e flexibilização!

Mariana e Brumadinho estão aí para provar, a solução é empresa mista e fiscalização frouxa: o resto é fatalidade.

Catástrofe natural. Não tem como prever.

Tragédia é destino, é de Deus. E, quando Deus quer, não tem lei, não tem fiscal, não tem nada que segure. Não inspecionaram 3% das barragens de mineração? Então, é amostragem. Os outros 97% são de responsabilidade divina.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 01/02/2019****Seção: Colunas****Autor: Vladimir Safatle****Título: Lama e tiros**

Por que as inversões de sonhos em pesadelos são tão recorrentes no Brasil

No Brasil, os sonhos de desenvolvimento e segurança produzem monstros. Sonha-se com o desenvolvimento pretensamente produzido por empresas internacionalmente conectadas ao capitalismo global e acorda-se com centenas de cadáveres boiando em lama tóxica.

Sonha-se com a mão forte de um governo duro contra o crime e acorda-se governado por grupos organicamente ligados a milicianos especializados em aterrorizar populações economicamente vulneráveis e esquecidas, além de assassinar desafetos.

Não é realmente difícil compreender por que essas inversões de sonhos em pesadelos são tão recorrentes por aqui. O crime hediondo produzido pela Vale serviu ao menos para evidenciar a rede de banditismo na qual o capitalismo nacional é assentado.

Os CEOs arautos da modernidade gerencial tecem relações incestuosas e corruptas com todos os níveis dos governos que, por sua vez, ignoram sistematicamente todos os alertas de setores da sociedade civil engajados nas causas ambientais.

Isso ocorre enquanto os que tomaram de assalto o Palácio do Planalto preparavam o desmonte final da parca fiscalização que ainda existia para que, enfim, o que há de mais predatório no sistema produtivo capitalista pudesse ter diante de si uma avenida de devastação desimpedida.

Crimes como o praticado pela Vale não são feitos sem anos de preparo sistemático. Eles não são um ponto fora da curva, mas a expressão mais clara do que realmente é a “racionalidade gerencial” a que estamos submetidos.

A seu favor está o Estado brasileiro: gerente de uma noção de progresso que é apenas outro nome para a defesa de executivos cujos ganhos se contam na casa de milhões anuais enquanto assassinam a população com as armas da negligência e da irresponsabilidade.

Esses são os verdadeiros criminosos que destroem o país e contra eles você não encontrará ninguém no governo atual, apenas cúmplices.

Crimes como esses, não por acaso, ocorrem normalmente em países como Brasil, Bangladesh, Índia. Ou seja, a periferia da produção do capitalismo global mostra claramente o que é a totalidade do sistema.

Relações predatórias e escravistas permanecem em meio a discursos de “responsabilidade social” “desenvolvimento sustentável” “consumo consciente” e outras palavras vazias que visam apenas esconder o que essa racionalidade econômica realmente é. Pois o cálculo já está feito: mesmo depois das quedas na Bolsa e das multas, a Vale ainda lucrará com o crime.

Nenhum de seus altos executivos irá para a cadeia. Em breve, teremos análises “isentas” e “racionais” falando que, apesar de tudo, a empresa é importante para o país e precisará continuar funcionando.

Até que um dia você irá ligar a televisão é verá uma dessas peças publicitárias com fundo musical feérico e redentor com o slogan “a nova Vale mudou porque você também mudou”, na qual o comprometimento social da empresa será louvado em meio a muito verde, árvores frondosas e crianças pobres felizes.

Essas pessoas, no entanto, trabalham sem ler poesia — e este é seu maior erro. Pois se eles lessem poesia, talvez descobrissem esses versos de Torquato Neto: “leve um homem e um boi ao matadouro/aquele que berrar é o

homem/mesmo que seja o boi". Eles acreditam ter diante de si uma população bovina e inerte, que se deixará afogar na lama e se submeter a milícias como se isso fosse uma fatalidade natural.

Mas eles sempre são pegos de surpresa quando a cólera popular explode. Só que quanto mais ela explode, mais difícil é fazê-la voltar ao ponto de partida. Para a grande massa da população, o capitalismo nacional é isso e nunca passará disso: lama e tiros.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 01/02/2019

Seção: Tendências/Debates

Autor: José Antunes Sobrinho

Título: Brumadinho não seguiu a lição

Em engenharia, improvisações dão muito errado

A origem da construção de barragens se confunde com as primeiras grandes civilizações, que as usavam para reservar água para consumo e fins agrícolas. Depois das revoluções industriais, seu uso se multiplicou, abrangendo áreas que vão do abastecimento de água, navegação, produção de energia elétrica à extração de minerais usados na fabricação do aço e até dos celulares que usamos. Infelizmente, são lembradas por tragédias, como a de SouthFork (EUA), com mais de 2.000 mortos em 1889.

Como com quase todos os instrumentos civilizatórios, os benefícios viram ameaça quando se tem uma gestão mal feita. É, portanto, sob esse prisma que se devem avaliar os dois acidentes recentes de Mariana e Brumadinho, ambos envolvendo mineradoras vinculadas à Vale e barragens construídas para acumular dejetos, pela técnica de alçamento a montante.

Antes de entrar no mérito, é preciso lembrar que o arcabouço normativo do Brasil para a construção e manutenção de barragens é sólido.

Promulgada em 2010, a lei federal 12.334/10 criou a Política Nacional de Segurança de Barragens, que é regulamentada por resoluções e portarias das agências reguladoras de Águas, de Energia Elétrica e de Mineração.

Os regulamentos exigem vistorias periódicas, planos de atuação em emergência e de segurança. Além deles, há extensa bibliografia de engenharia, como os

estudos da Comissão Internacional de Grandes Barragens (Icold), fundada em 1928 e cujo espelho nacional é o Comitê Brasileiro de Barragens. Guias para uma boa prática, com efeito, não faltam, mas precisam ser seguidos.

Apesar de a Vale ter comunicado oficialmente estar em dia com as revisões e inspeções periódicas, perguntas ainda carecem de respostas. A principal delas é por que, mesmo tendo um plano para emergências, a mineradora manteve áreas com pessoas, como um refeitório e escritórios, sem considerar que, num caso extremo, estas seriam atingidas.

É de assustar que, após Mariana, não tenham sido feitos estudos exaustivos de ruptura de barragens —os "dam break"— para Brumadinho e as barragens da Vale, cuja técnica de construção é sabidamente precária. Tais estudos demonstrariam áreas a jusante a serem preservadas de ocupação humana, com custos de eventuais realocações de propriedades e populações muito menores que o das vidas perdidas. As investigações dirão como foram conduzidos os estudos de risco e por que não foram seguidos.

Os impactos de Brumadinho estão postos. Poderão significar recrudescimento da regulamentação e, fatalmente, obrigarão o mercado minerá-rio a adotar nova postura, inclusive quanto ao compliance. Mas a lição que sobressai é que, em engenharia, improvisações dão muito errado.

E de se lamentar que, em um país referência mundial em barragens —como aquelas de empresas do setor elétrico, construídas a seco com materiais selecionados ou concreto, com grande controle de qualidade e os devidos cuidados nas fundações e ombreiras (nunca com rejeitos lançados)—, tenhamos sofrido dois acidentes de grandes dimensões num período de apenas três anos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 01/02/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Thiago Amâncio, Carolina Linhares e Nicola Pamplona

Título: Vale nega acesso a plano de emergência que minimizaria estragos de barragem

Prefeito de Brumadinho diz desconhecer documento; tragédia traz indícios de falha na aplicação

A Vale, empresa dona da barragem que se rompeu em Brumadinho (MG) e deixou pelo menos 110 mortos, recusa-se a trazer a público o plano de emergência para o caso de colapso da estrutura. O planejamento é uma exigência legal e deveria prever a dimensão do dano e as ações para reduzir o estrago.

A Folha tem questionado a empresa sobre o plano desde a segunda-feira (28), três dias após a tragédia. A empresa tampouco divulga os laudos que alega terem garantido a estabilidade da estrutura.

Em nota, a assessoria de imprensa da mineradora afirma apenas que “esses documentos foram entregues às autoridades competentes.”

O prefeito de Brumadinho, Avimar de Melo (PV), alega desconhecer o plano.

“Me parece que eles estão montando esses planos todos agora. Não chegou ao conhecimento meu”, disse. Questionado se a Defesa Civil da cidade ou a prefeitura poderiam ter o documento, Melo disse que “[eles] também não”

Portaria do governo federal estabelece que o PAEBM (Plano de Ações Emergenciais de Barragem de Mineração) deve ser entregue à prefeitura e às defesas civis municipais e estaduais da região onde está a barragem. Precisa ainda ter capa vermelha com o nome da barragem em destaque, para facilitar acesso.

Além disso, o documento deve estar “em local de fácil acesso no rompimento local”

O plano precisa ser de fácil entendimento e deve identificar e analisar possíveis situações de emergência, além de estabelecer procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em caso de ruptura e de identificar um responsável por essas ações.

Também deve estabelecer a estratégia e o meio de alerta para as comunidades afetadas, com telefones incluídos, e para as autoridades.

Embora o plano de contingência não tenha vindo à luz até a conclusão desta edição, há uma série de indícios de falhas na elaboração ou na implementação do documento.

A primeira foi no alerta de rompimento. Nesta quinta (31), o presidente da Vale, Fabio Schvartsman, assumiu que a sirene não disparou.

Ele disse que, “em geral, isso [rompimento] vem com algum aviso”. “Aqui aconteceu um fato que não é muito usual. Houve um rompimento muito rápido. A sirene foi engolfada pela queda da barragem antes que ela pudesse tocar”, completou.

O segundo indício está na previsão do estrago. O plano é elaborado a partir da simulação do rompimento em um computador, que avalia a propagação da mancha de lama.

Aparecem aí ao menos três problemas. O primeiro é a sirene estar em um lugar onde seria coberta pela lama, como Schvartsman afirmou que ocorreu. O segundo, ter colocado o centro administrativo e o restaurante dos funcionários perto da barragem.

Por fim, o plano não evitou a destruição do acesso a uma das rotas de fuga que a empresa apontou como seguras durante treinamento.

“Quem correu para onde a Vale mandou morreu, e quem não seguiu o treinamento está vivo”, diz Jhonatan Júnior, 22, que perdeu o irmão.

O PAEBM deve ser público e de conhecimento da população. Deve haver treinamento interno, com funcionários, e depois com moradores da região, simulando rotas de fuga.

Lucinéia Novaes, 32, funcionária da Pousada Nova Estância, afirma que o treinamento com a comunidade ocorreu.

“Todo mundo sabia do plano de fuga”, diz. Ela só escapou de ser engolida pela lama com o estabelecimento porque foi almoçar em casa.

Segundo Lucinéia, o ponto designado para os funcionários e hóspedes da pousada foi preservado, mas o caminho até ali foi destruído. Ainda assim, se houvesse sirene, ela afirma que as pessoas poderiam ter conseguido acessar o pontilhão a tempo.

“Os empreendedores têm que começar a ter juízo e ver que aquilo é uma estrutura viva, que tem que ter controle”, diz Rafaela Baldí, que trabalha há 15 anos com barragens e publicou um livro chamado Manual para Elaboração de Planos de Ação Emergencial.

Ela defende que o método de construção da barragem (à montante, à jusante etc.) não é o problema, mas sim a gestão adequada dos riscos.

“Projetistas e auditores têm que bater o pé. Se a mineradora contrata e depois pede para mudar o laudo, o cara vai e muda. Empresas de consultoria precisam começar a entender que não dá”, diz.

“A lei é bem escrita, mas não adianta se eu vou lá e entrego o documento e ninguém olha”

Outro documento que a Vale ainda não revelou é a declaração de estabilidade da barragem. Esse laudo é pontual, um retrato da situação da estrutura no momento em que o estudo é feito. “É o ponto mais falho. Como garantir que uma estrutura vai estar segura durante 365 dias por ano?”, diz Baldí.

A legislação define também um monitoramento quinzenal, que a Vale afirma estar em dia. A Agência Nacional de Mineração confirmou que recebeu esses laudos, mas também negou o acesso à Folha.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 01/02/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Flávia Carneiro

Título: 'Se sirene tivesse funcionado, minha caçula estaria viva', diz pai

"Sexta-feira passada (25) começou como um dia normal. Saí de casa as 9h, me despedi da minha mulher e deixei minhas duas filhas dormindo. Nem podia imaginar que aquela seria a última vez que eu veria minha Laís Gabrielle"

O depoimento emocionado é de Antonio Soares Pereira, 46, marido de Alessandra Paulista, 43, e pai de Thalita de Souza, 15, resgatadas do mar de lama em Brumadinho. A outra filha do casal, Laís Gabrielle de Souza, de 14 anos, está desaparecida.

A família trabalhava havia dez anos na pousada Nova estância Inn, que foi destruída pela lama.

"Por volta de 13h, um vizinho me ligou e disse que a barragem da Vale tinha estourado, mas não entendi a dimensão do problema. Corri para minha casa, que fica dentro da área da pousada e, no caminho, fiquei sabendo que o resgate da Alessandra e da Thalita estava na TV" relata.

"Quando cheguei ao local onde ficava minha casa, me deparei com o mar de lama. Nesse momento entendi o quanto seria difícil encontrar a Laís Gabrielle com vida" O encontro entre Antonio, Alessandra e Thalita aconteceu naquele mesmo dia, no hospital. "Era só dor. Por ver minha família desesperada, machucada e por não ter notícias da Laís.

Alessandra contou que elas estavam em casa quando escutaram um estrondo e a onda de lama carregou tudo. Ela só pensava em sobreviver e gritava pela Thalita e pela Laís. Pouco tempo depois, dois vizinhos, que foram nossos anjos da guarda, encontraram a Alessandra e a Thalita, e ficaram com elas até o momento do resgate pelo helicóptero do Corpo de Bombeiros", contou.

Para ele, a Vale sabia do risco da barragem, pois fez um levantamento patrimonial na pousada e treinou a comunidade para um possível acidente. "Se a Vale tivesse acionado as sirenes de segurança, minha caçula estaria viva e todos na pousada teriam se salvado." A empresa afirma que a sirene não tocou porque foi engolida pela lama.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 01/02/2019**Seção:** Cotidiano**Autor:****Título:** Lama avançou 98 km; governo alerta que água de rio traz riscos à saúde

O governo federal informou que os sedimentos do rompimento da barragem de Brumadinho (MG) já percorreram uma distância de 98 km pelo rio Paraopeba, chegando ao município de São José da Varginha, ambas na região metropolitana de Belo Horizonte, na quarta (30).

A informação foi divulgada pelo Palácio do Planalto nesta quinta (31) como um resultado do monitoramento do Conselho Ministerial de Respostas a Desastres, montado pelo governo para acompanhar os desdobramentos da tragédia em Minas Gerais.

Segundo as informações da Secretaria de Comunicação Social do governo, foi detectada a chegada dos sedimentos entre 11h e 12h de quarta-feira na região.

Ainda nesta quinta, o governo afirmou que pretende enviar imediatamente ao Congresso um projeto para revisar a lei que trata da segurança de barragens.

“Levaremos também ao Congresso de forma imediata a revisão da lei de segurança de barragens”, afirmou o porta-voz da Presidência, Otávio Rêgo Barros, em São Paulo.

As Secretarias de Estado de Saúde, do Meio Ambiente e de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) informaram em nota que água do rio Paraopeba, apresenta riscos à saúde humana e animal.

As autoridades indicam que água não seja utilizada para qualquer finalidade até que a situação seja normalizada. A nota ressalta que o contato com a água não causa risco de morte.

O Governo de Minas alerta que qualquer pessoa que tenha tido contato com a água bruta do rio Paraopeba — após a chegada da pluma de rejeitos — ou ingerido alimentos que também tiveram esse contato, e apresentar náuseas, vômitos, coceira, diarreia, tonteira, ou outros sintomas, deve procurar a unidade de saúde mais próxima e informar sobre esse contato.

Para os bombeiros, que têm trabalhado em contato direto com o solo, a orientação da Secretaria da Saúde é para que utilizem todos os equipamentos de segurança.

O Governo de Minas Gerais determinou que a mineradora Vale, dona da barragem que se rompeu, forneça água potável para as comunidades afetadas para manter o abastecimento da comunidade.

Membros do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) bloquearam, nesta quinta, a ferrovia do terminal de Sarzedo, que escoava a produção de minério de empresas como a Vale, na região de Brumadinho. Famílias em acampamento usavam água do rio Paraopeba, agora poluído por rejeitos.

Segundo o movimento, o objetivo do bloqueio é chamar a atenção da Vale para a situação do acampamento Pátria Livre, após o rompimento da barragem da empresa na última sexta (25). Mais de 15 caminhões estão parados na estrada, sem poder cruzar para o outro lado da ferrovia.

Cerca de 2.000 pessoas, ou 600 famílias, vivem no acampamento às margens do rio Paraopeba, que usava a água para irrigar lavouras, cuidar dos animais e para higiene.

Segundo Cristiano Meirelles da Silva, coordenador do MST, desde o dia da tragédia, nenhum representante da Vale foi até o acampamento. Eles também não foram procurados pelo governo estadual ou municipal. Sem água, dizem os moradores, as hortas e os animais já estão morrendo.

“Estamos cobrando providências imediatas das autoridades”, afirma Meirelles.

Algumas famílias também foram diretamente atingidas pelo desastre, porque perderam parentes soterrados no mar de lama.

O MST estabeleceu o acampamento em julho de 2017. A maioria das casas fica próxima ao rio, o que pode impossibilitar a permanência das famílias no local.

Colaborou Isabel Seta, em São Joaquim de Bicas (MG)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 01/02/2019

Seção: Cotidiano

Autor:

Título: Vizinhos de barragens ignoram riscos em SP

“Tem barragem aqui?”, respondeu, indignado, o autônomo Tiago Costa, 28, ao ser questionado sobre o reservatório de rejeitos de mineração a poucos metros da vizinhança onde mora, em Perus, na zona norte de São Paulo.

Assim como Tiago, a maioria dos moradores do Jardim Adelfiore ignora a presença de duas barragens dentro dos limites do distrito.

Próxima à casa de Tiago, a barragem de sedimentos pedreira Juruaçu é composta por dois reservatórios que recebem os rejeitos da extração de brita e areia. A poucos quilômetros dali fica outra barragem, de Clarificação, que extrai o mesmo tipo de material.

As duas estruturas têm potencial alto de dano em caso de rompimento, segundo a ANM (Agência Nacional de Mineração).

Técnicos do órgão federal inspecionaram as duas barragens em 2017, e constataram uma série de irregularidades.

No relatório, foi apontado que a pedreira Juruaçu não possuía o mapa de inundação, essencial para elaborar o plano de alerta para a população em caso de acidente. Em resposta ao órgão, a empresa Embu S/A atribuiu afalta do documento à topografia da barragem.

Em relação à barragem de Clarificação, a ANM constatou riscos de infiltração, sinais de erosões e falta de sistema de drenagem. Com isso, a agência mudou de baixo para médio a categoria de risco de rompimento da barragem. A inspeção também classificou de forma mais crítica o dano causado por um possível rompimento.

Antes considerado baixo, o nível subiu para alto depois que técnicos da ANM constataram que a administradora Territorial São Paulo Mineração S/ A declarou em documento como inexistente a população a jusante da barragem, sendo que há comunidade de moradores no local.

Os laudos foram elaborados pela ANM em resposta a uma decisão liminar da Justiça Federal ajuizada em agosto de 2017. A decisão acatou pedido da Procuradoria da República em São Paulo para aumentar a fiscalização nas barragens de mineradoras na cidade de São Paulo após a tragédia em Mariana (MG).

Em nota, a ANM afirmou que a legislação não obriga as empresas a entregar o plano de ação de emergência à agência reguladora. A agência não respondeu se as empresas realizaram as adequações necessárias apontadas nos laudos técnicos elaborados em 2017.

A empresa Embu S/A afirmou em nota atestar a segurança da barragem que mantém em Perus. A empresa Territorial São Paulo Mineração foi procurada, mas não respondeu aos questionamentos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 01/02/2019**Seção:** Cotidiano**Autor:****Título:** Tropas de Israel encerram operação sem localizar sobreviventes na lama

Após três dias de trabalho de campo, o grupamento militar israelense enviado ao Brasil para auxiliar nas operações de resgate em Brumadinho (MG) encerrou a sua atuação sem cumprir o objetivo primordial, o de encontrar sobreviventes.

Autoridades brasileiras e israelenses, porém, afirmam que a missão foi cumprida com sucesso — foram localizados 35 corpos de vítimas.

A reportagem perguntou à Embaixada de Israel no Brasil quem custeou a participação das tropas em Brumadinho, mas não obteve retorno até a conclusão desta edição.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 01/02/2019**Seção:** Cotidiano**Autor:****Título:** Rainha Elizabeth publica nota em apoio às vítimas de Brumadinho

O site oficial da família real britânica publicou nesta quinta (31) mensagem assinada pela rainha Elizabeth 2a sobre a tragédia ocorrida em Brumadinho.

No texto, a rainha diz que ficou “profundamente triste ao saber sobre a devastação e as vidas perdidas pela ruptura da barragem”.

A tarde, o presidente Jair Bolsonaro (PSL) publicou mensagem em rede social agradecendo à rainha. “Obrigado pelas palavras, Rainha. Deus abençoe o Brasil e o Reino Unido”, escreveu. Contudo, ele errou ao chamá-la de “rainha” — o correto é majestade.

VEÍCULO: O Globo**Data:** 01/02/2019**Seção:** Colunas**Autor:** Ancelmo Gois**Título:** A cabeça de Fabio

Desde o rompimento da barragem em Brumadinho, não faltam especulações sobre nomes para uma eventual substituição do presidente da mineradora,

Fabio Schvartsman, caso deixe o cargo. Um dos nomes fortes internamente é o de Eduardo Bartolomeo, atualmente diretor executivo da empresa em Nova York.

VEÍCULO: O Globo

Data: 01/ 02/2019

Seção: Colunas

Autor: Flávia Oliveira

Título: Minas já não está ali

Dias depois da irresponsabilidade empresarial que fez a Vale reincidir em crime ambiental e múltiplos homicídios nas Minas Gerais, o governo paraense formou um grupo de trabalho para aferir as condições das barragens de mineração ali instaladas. Matriz de metade da produção de minério de ferro da companhia, o estado tem 91 barragens, 18 das quais classificadas pela Agência Nacional de Mineração (ANM) como de alto risco. Secretário estadual do Meio Ambiente, Mauro Ó de Almeida refutou possibilidade iminente de ruptura. E assinalou as diferenças da produção extrativa nos dois territórios: no Pará, as barragens são mais novas,

a exploração não completou 50 anos; em Minas, é secular. Tomara o hiato temporal e tecnológico sirva de alerta, em vez de atenuante à degradação de um estado que já é o primeiro no índice de desmatamento da Amazônia Legal. Minas hoje não pode ser o Pará amanhã.

As dimensões reais da sobreposição de catástrofes em duas cidades separadas por 160 quilômetros no intervalo de três anos são dramáticas, desoladoras, pesadas. A extração mineral mal gerida, regulada e fiscalizada rendeu ao Brasil recordes nefastos. Mariana foi o maior desastre ambiental da História nacional; Brumadinho, o maior acidente de trabalho do país e a tragédia setorial com mais vítimas fatais no mundo neste século. Ao fim do sétimo dia de buscas, a Defesa Civil contabilizava 110 mortos e 238 desaparecidos, sem qualquer esperança de encontrá-los com vida. Até então, o rompimento de uma barragem de rejeitos em Taoshi (China), em 2008, provocara 254 óbitos, segundo levantamento do WISE Uranium Project.

Do luto agudo aflorou também a constatação simbólica de fim da resiliência. Consumada a pilhagem das montanhas, deu-se o desmantelamento dos rejeitos. Se é de minério a constituição das Gerais, Minas já não mora ali. A tragédia de janeiro escancarou a derrota de um Estado, o brasileiro, que vendeu sua essência e estocou as sobras. De tempo em tempo, são elas que se esparramam morro abaixo na forma da lama que varre florestas e caminhos e vilas e rios e gente.

Minas exportou seus fundamentos e embarreirou rejeitos. De 57 instalações cadastradas por órgãos fiscalizadores no Relatório de Segurança de Barragens 2017 da ANM, 30 tinha mal to potencial de danos ao entorno. A riqueza natural migrou na forma de minério de ferro, para virar chapa, vergalhão, viga a escorar e desenvolver, sobretudo, outras paragens. A um preço altíssimo. Se levaram o estado a segundo ou terceiro maior PIB do país, royalties, impostos, empregos e renda da mineração fizeram pouco pelo bem-estar dos locais.

No Índice de Desenvolvimento Humano dos estados brasileiros, com base no Censo 2010, os mineiros ficaram em nono, atrás de todos os estados do Sudeste, do Sul, do Distrito Federal e de Goiás. A Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde fica Brumadinho, foi a oitava em 24. Nenhuma cidade mineira entrou no top tendo IDH- Municipal; a mais bem colocada, Nova Lima, foi a 17ª. No Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb 2017), Minas não só ficou abaixo da meta estabelecida para o nível médio, como foi a única unidade da Federação a registrar queda na avaliação dos anos finais do ensino fundamental.

Esta semana, consumada a tragédia, a Vale prometeu eliminar, num prazo de três anos, todas as dez barragens de alteamento a montante que ainda restam das operações em Minas Gerais. Outras nove já estavam em processo, entre elas, Fundão (Mariana) e Córrego do Feijão (Brumadinho), que se romperam. A mineradora anunciou que gastará R\$ 5 bilhões, remanejará cinco mil funcionários e sacrificará 10% da produção anual de minério de ferro e pelotas, 40 milhões de toneladas, para desarmar as bombas-relógios que já detonaram duas cidades e ameaçam outras quatro: Itabirito, Nova Lima, Congonhas e Ouro Preto.

Autoridades estaduais e municipais gritaram contra o impacto fiscal da paralisação. Se aplicado ao pé da letra, o fechamento das minas provocará queda na receita de royalties e impostos em contas públicas já combalidas. Nove fora o que já experimentamos, mais vale a vida. E o meio ambiente. Sem eles, há lama.

VEÍCULO: O Globo

Data: 01/02/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Sobrevivente de Mariana morreu em Brumadinho

Irmão de vítima foi à fila para receber indenização, mas terá que voltar: "Não tenho esperança"

BRUNO ABBUD

Aos 31 anos, o soldador Erídio Dias costumava narrar aos irmãos, os pedreiros Laércio e Israel, como sobrevivera ao rompimento da barragem do Fundão em 2015, em Mariana, o maior desastre ambiental do Brasil, que matou 19 pessoas.

Vez por outra, o funcionário da Vale se vangloriava do episódio. Caçula de seis irmãos, era um dos mais aventureiros, migrando Brasil afora por conta do emprego. Esperava as orientações da Vale e se deslocava para onde o trabalho aparecia.

— Ele contava que escapou antes dessa aí em Mariana, mas veio morrer aqui — lamenta o irmão Laércio.

Na tarde de ontem, na companhia da mulher de Erídio, os irmãos permaneciam quietos na fila para o recebimento da doação de R\$ 100 mil, anunciada pela mineradora para parentes daqueles que morreram com o rompimento da barragem 1 da Mina do Feijão. A feição inexpressiva e o comportamento lacônico apenas traduziam a descrença, até mesmo, com o benefícios que estavam prestes a receber.

— Não tenho esperança disso aí, não. Tem tanta gente de Mariana que não recebeu nada, aqui pode ser a mesma coisa — disse Laércio.

O irmão rememora a história contada numerosas vezes pelo irmão mais novo: a vitória por ter sobrevivido à tragédia de Mariana:

— Lá, ele contava que saiu para almoçar e, quando voltou, já estava tudo inundado.

Na fila, a indignação dos irmãos Laércio e Israel foi potencializada quando receberam a notícia, trazida por uma voluntária, de que teriam de voltar a Brumadinho no sábado para efetuar o cadastro de recebimento da doação. Moradores do vilarejo de Igarapé, a 55 quilômetros dali, ficaram consternados:

— Poderiam ter avisado antes. Não tenho onde dormir por aqui, agora vou ter que voltar? É uma desorganização — disse Laércio.

Pai de um filho de 7 anos de idade, Erídio continua desaparecido. Ele é uma entre as 238 pessoas que ainda não foram encontradas pelas equipes de resgate.

Os familiares dos desaparecidos começaram ontem a se cadastrar para receber a doação de R\$ 100 mil oferecida pela Vale. Os pagamentos deverão ser realizados em até três dias úteis, a contar do dia do cadastro. Para parentes de

vítimas que não possuem conta bancária, um cartão de crédito com limite de R\$ 100 mil será disponibilizado.

— Essa quantia não exclui outros benefícios. Haverá ainda a indenização pela morte, os direitos da relação trabalhista, de acidente de trabalho e o fundo de garantia — afirma o defensor-geral de Minas Gerais. Gério Patrocínio Soares.

Segundo ele, os R\$ 100 mil serão pagos de forma líquida, sem que incidam impostos sobre o valor.

—A gente trabalhou para que a Vale tornasse esse valor líquido. Se tiver qualquer incidência de imposto, a Vale terá de arcar.

A prioridade na ordem para os pagamentos são de vítimas que tinham filhos menores de idade e de cônjuges com união estável comprovada, respectivamente. O fato de haver vítimas que mantinham duas famílias, ambas com filhos pequenos, no entanto, torna a situação mais complexa do que parece, segundo o defensor público Rômulo Carvalho. Para esses casos, a Defensoria Pública de MG oferece ajuda jurídica aos familiares.

VEÍCULO: O Globo

Data: 01/02/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Água de rio está imprópria para consumo, diz governo

Análise detectou alterações nos níveis de turbidez e presença elevada de metais no Paraopeba

O governo de Minas Gerais desaconselhou o uso da água do Rio Paraopeba para consumo humano e animal, em função de riscos à saúde. O aviso foi dado após os primeiros resultados do monitoramento que começou a ser feito após o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG).

De acordo com o assessor especial da Secretaria de Estado de Saúde, Bernardo Ramos, a medida é preventiva devido à detecção do aumento do nível de substâncias danosas na água após a tragédia. Ainda não foram registrados atendimentos decorrentes de contaminação em postos de saúde ou hospitais da região atingida.

A análise detectou alterações nos níveis de turbidez da água e elevação na presença de alguns metais, como alumínio, cádmio, cromo, chumbo, boro, vanádio, bário e níquel.

SIRENE "ENGOLIDA" POR LAMA

Para que não haja falta d'água na região, o governo suspendeu a necessidade de outorga para perfuração de poços artesianos. Também foi determinado que a Vale forneça água potável para as comunidades que foram atingidas.

—Nós já temos um estudo de comunidades e de pessoas que fazem essa captação de água diretamente no Rio Paraopeba. Imediatamente, esse serviço deverá ser feito pela empresa Vale —disse o coordenador-adjunto da Defesa Civil de Minas, Flávio Godinho.

Pesquisadores estiveram ontem no Rio Paraopeba para avaliar os impactos. Ao Jornal Nacional, da TV Globo, a coordenadora da SOS Mata Atlântica, Malu Ribeiro, afirmou que a situação é crítica em alguns pontos. O índice que mede a turbidez da água estava quase cem vezes acima do aceitável.

—Você nem consegue enxergar a água, porque não tem nenhuma transparência. Turbidez exagerada, extremamente elevada, o que faz com que não exista nenhum miligrama de oxigênio dissolvido na água. Então, portanto, o rio está completamente morto nesse lugar —disse a pesquisadora.

Ontem, o presidente da Vale, Fabio Schvartsman, afirmou que as sirenes de alerta não funcionaram porque o rompimento da barragem foi "muito rápido", e as estruturas que serviriam de alarme foram engolidas pela lama.

VEÍCULO: O Globo

Data: 01/02/2019

Seção: O País

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Vale quer acordo para antecipar indenizações

Presidente da mineradora se reuniu com Raquel Dodge e busca entendimento com autoridades

O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, disse ontem que a empresa vai buscar um acordo com as autoridades em Minas Gerais para antecipar as indenizações às famílias das vítimas da tragédia de Brumadinho, após o rompimento da barragem da mineradora. O objetivo, segundo ele, é chegar de forma rápida a um entendimento que permita fazer os pagamentos.

— Estamos buscando assinar com a maior celeridade possível um acordo com as autoridades de Minas Gerais para que comece imediatamente esse processo de indenização. Revelamos à procuradora-geral da República, Raquel Dodge, a nossa intenção de acelerar ao máximo o processo indenizatório. Estamos preparados para abdicar de ações judiciais e queremos assinar acordos extrajudiciais —disse Schvartsman, após se reunir com Dodge.

O executivo da Vale não informou qual será o valor das indenizações, nem se elas serão pagas apenas às famílias das vítimas ou a todos os afetados. Ele disse que as quantias serão desembolsadas assim que os acordos forem assinados:

— Não existe um valor definido. Vai ser aquilo que for necessário. Quando for definida a extensão das vítimas, o valor será decorrente disso. Queremos acelerar o processo de indenização — A empresa já havia anunciado o pagamento de R\$ 100 mil a cada família de vítimas da tragédia como "doação". A mineradora deve ainda repassar R\$ 80 milhões a Brumadinho ao longo de dois anos.

SOLUÇÃO MAIS RÁPIDA

Antes de se reunir com Schwartsman, a procuradora-geral da República já havia afirmado que a Vale não precisaria esperar ações judiciais para indenizar as vítimas.

— A solução extrajudicial deve ser mais rápida, cada um assumindo seu dever — disse Dodge, que se reuniu com representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens.

Para a procuradora-geral, a prioridade no momento são as questões emergenciais, para que a vida volte ao normal:

— E isso não é possível se a empresa não assumir, de forma muito clara, as suas responsabilidades imediatamente, independentemente de ações judiciais. É preciso tratar dessa questão também extrajudicialmente

VEÍCULO: O Globo

Data: 01/02/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ

Título: Terminal da Vale em Mangaratiba é interditado pela prefeitura

Secretário afirma que falta licença ambiental. Mineradora nega e vai recorrer

O terminal da Vale na Ilha de Guaíba, no município de Mangaratiba, na Costa Verde do Estado do Rio, foi interditado ontem pela prefeitura da cidade em razão de problemas no licenciamento ambiental. Em vistoria para verificar 15 itens obrigatórios, os fiscais encontraram irregularidades, o que resultou, além da interdição, em multa de R\$ 20 milhões. A Vale informou que vai recorrer na Justiça contra a decisão da prefeitura.

O terminal da Vale se localiza a Leste da Baía da Ilha Grande e recebe cerca de 40 milhões de toneladas por ano de minério de ferro. A maioria é transportada para o terminal em trens que partem de Minas Gerais. De Mangaratiba, o material segue para o Porto de Sepetiba para exportação.

O titular da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Mangaratiba, Antonio Marcos Barreto, informou que a interdição foi resultado da falta de licenças ambientais que permitem estocagem do minério e da licença para operar o terminal.

—A Vale estava operando o terminal sem licença. Daí a interdição e a multa pela gestão do terminal aquaviário em relação à estocagem do minério, que tem alto impacto no meio ambiente.

A secretaria afirma que solicitou em 18 de dezembro as licenças ambientais, porém, a Vale teria respondido, segundo Barreto, que as atividades do terminal estavam corretas.

Em nota, a mineradora informou que "recebeu com surpresa" a notificação da prefeitura de Mangaratiba, citando "falta de informação em relação às licenças ambientais". A Vale afirma ter todas as licenças necessárias para a operação do terminal e diz que foram emitidas pelas autoridades competentes.

"A Vale informa que irá adotar todas as medidas judiciais cabíveis para garantir o restabelecimento das suas atividades no terminal da Ilha Guaíba", informou.

VEÍCULO: O Globo

Data: 01/02/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Justiça

Opinião do Globo

A TRAGÉDIA de Brumadinho também chama a atenção para o pagamento de royalties na exploração de recursos minerais. Há, por exemplo, o aspecto do baque financeiro que o estado de Minas e municípios mineiros sofrerão com o fechamento de reservatórios, o que provocará queda na produção de minério e, portanto, redução nos royalties. Dinheiro que fará muita falta.

OUTRA QUESTÃO é o exemplo vivo e dramático dos estragos que este tipo de atividade pode causar. Serve como defesa dos estados produtores de petróleo, cujos royalties são cobiçados pelo resto da Federação. Brumadinho ensina que esta é uma compensação justa.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 01/02/2019****Seção: Política****Autor: Renato Souza****Título: Transpetro tem contratos suspeitos**

Com base em informações prestadas por Sérgio Machado, que foi um importante integrante do MDB, a Lava-Jato descobriu um esquema de pagamento de propina envolvendo contratos de serviços na área ambiental, na reabilitação de dutos e na construção naval da Transpetro — subsidiária da Petrobras. Ao todo, os negócios sob suspeita de fraude movimentaram R\$ 682 milhões. A 59ª fase da operação, batizada de Quinto Ano, revelou que os repasses ilegais eram sacados de forma fracionada, para tentar enganar o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). A polícia saiu às ruas para cumprir 15 mandados de busca e apreensão e três de prisão.

O ex-presidente de empresas do Grupo Estre Wilson Quintella Filho e o advogado e ex-executivo do grupo Mauro de Moraes foram presos. De acordo com as investigações, vantagens indevidas foram repassadas pelo grupo em contratos. O esquema ocorreu entre 2008 e 2014.

Sérgio Machado, delator e alvo dos repasses, foi indicado e mantido no cargo pelo MDB. As informações prestadas por ele, aliadas às diligências, indicam que o esquema é maior, ganhou outras ramificações e podem atingir a legenda. O procurador Roberson Pozzobon, que integra a força-tarefa, afirmou que importantes nomes do mundo político foram delatados. “Na maioria dos esquemas de corrupção identificados pela Lava-Jato, foi constatado o comprometimento de importantes agentes públicos amparados por um braço político-partidário. O esquema de corrupção cuja investigação se aprofunda hoje (ontem) não foge a essa regra”, frisou.

O escritório do advogado Mário Moraes foi utilizado para lavar dinheiro, de acordo com a PF. O defensor recebeu pelo menos R\$ 9,5 milhões. Para tentar driblar as autoridades, os saques ocorriam de forma fracionada em instituições bancárias.

Em nota, a Transpetro informou que “vem apurando denúncias de irregularidades em contratações da companhia envolvendo as empresas citadas”. A Estre Ambiental disse ter se colocado à disposição das autoridades. O escritório do advogado Mauro de Moraes não retornou as ligações da reportagem. A defesa de Quintella não foi encontrada para comentar.

Após críticas, Bolsonaro fala com candidatos

A equipe do presidente Jair Bolsonaro disparou ligações para os candidatos à Presidência do Senado, ontem à noite, depois da repercussão negativa diante do vazamento de que ele parabenizou o senador Renan Calheiros (MDB-AL), por telefone, pela vitória na bancada de seu partido. A reportagem apurou que Bolsonaro ligou para Renan antes das 20h20 de ontem. A notícia foi divulgada cinco minutos depois. Diante das críticas, já que o senador alagoano é tido como um nome hostil ao Palácio do Planalto, a equipe do presidente passou a ligar, então, para os demais candidatos. Bolsonaro usou o Twitter para dizer que havia “procurado diplomaticamente” todos os candidatos.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 01/02/2019****Seção: Brasil****Autor: Benny Choen/Francellie Marzano****Título: Mortos chegam a 110, desaparecidos são 238**

O número de mortos em consequência do rompimento de uma barragem da Vale, em Brumadinho, na última sexta-feira, chegou a 110, segundo o Corpo de Bombeiros e a Defesa Civil de Minas Gerais. Entre os corpos resgatados, 71 foram identificados. Até agora, a tragédia deixou ainda 238 desaparecidos e 108 desabrigados e desalojados.

A barragem que se rompeu tinha cerca de 13 milhões de m³ de rejeitos, que foram despejados sobre a região do Córrego do Feijão, atingindo a área administrativa da empresa, a comunidade da Vila Ferteco e a pousada Nova Estância. A onda de rejeitos chegou até o Rio Paraopeba, a cerca de 8km da barragem, e começou a se mover em direção ao Rio São Francisco.

Desde o rompimento da barragem, os bombeiros fazem buscas por vítimas em meio à lama que se espalhou pela região. Cães farejadores ajudam na localização de corpos e, em alguns locais, máquinas vêm sendo utilizadas. Ontem, as buscas chegaram a ser suspensas para garantir a segurança dos militares envolvidos nas operações. O motivo foi a previsão de tempestades na região de Brumadinho.

Em meio ao trabalho incessante dos bombeiros, os dramas humanos se sucedem. Paulo Aniceto vai ao Centro de Operações todos os dias, em busca de informações sobre o filho, Éverton Guilherme Ferreira Gomes, de 21 anos, um dos desaparecidos na tragédia. Ele acredita que o filho possa ter escapado.

“Conversei com ele pouco tempo antes (do rompimento da barragem) pelo WhatsApp, e acho que ele possa estar vivo, que tenha corrido para a mata. Não era pra ele estar aqui”, lamenta.

A convicção de Paulo na sobrevivência do filho é tanta que, nos dois dias seguintes, ele enviou novas mensagens pelo celular. No sábado, ele escreveu: “Amo você, meu filho. Senhor Jesus, cuida do meu filho...”. No domingo, enviou outra postagem: “Oi, meu filho, estou com muita saudade!!! Oi, meu amor, papai está com muita saudade de você, beijos, te amo...” Paulo não se consola com as promessas de ajuda da Vale para as famílias das vítimas. “A Vale está falando em dar dinheiro, R\$ 100 mil, mas eu não quero dinheiro. Quero meu menino!”, diz ele.

Empregado havia 30 dias na Progen, empresa terceirizada da Vale, Éverton tinha planos de se casar. No dia da tragédia, o jovem, cujo posto de trabalho como gestor de qualidade era na sede da Progen em Nova Lima, foi a Brumadinho conhecer o chefe, que estava na Mina Córrego do Feijão. O pai conta que o chefe de Éverton, cujo nome não sabe, também está desaparecido. “Acho que eles estavam juntos, dentro do carro da empresa. Ainda tenho esperança de encontrá-los”, afirmou.

Cadastramento

Na tarde de ontem, o cadastramento das famílias dos atingidos pelo rompimento da barragem para receber a doação de R\$ 100 mil da Vale começou a ser feito. No fim do dia, 44 pessoas tinham feito o cadastro. Claudinete Euflávia do Carmo Miranda esteve no local na tentativa de se registrar. Ela é casada com o operador de máquinas Wagner Walmir Miranda, que está desaparecido. “Meu atendimento é só na semana que vem, mas aproveitei que já estou aqui pra tentar fazer. Não posso andar muito por conta de uma cirurgia que fiz na perna e já queria aproveitar a vinda até aqui”.

Ela conta que tem dois filhos com Wagner, um de 12 anos e outro de 7, que choram todos os dias pela falta do pai. “Não sei nem o que pensar desse dinheiro que a Vale vai dar pra gente, mas acho que pelo menos é uma forma de tentar continuar com a educação e a vida que o meu marido conseguia dar pra gente. Eu não trabalho, a renda que tínhamos era apenas o salário dele”, contou.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 01/02/2019****Seção: Brasil****Autor: Mateus Parreiras/Pedro Lovisi****Título: Israelenses têm retorno antecipado**

Os 136 soldados e oficiais israelenses que vieram ao Brasil para ajudar no resgate das vítimas do desastre de Brumadinho se despediram ontem, antes do prazo previsto, em uma solenidade de agradecimento, em Belo Horizonte, de que participou o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo). Porta-vozes dos órgãos de segurança mineiros negaram desentendimentos com os socorristas brasileiros. De acordo com as autoridades, a presença dos israelenses não é mais necessária. O assessor de imprensa da Polícia Militar, major Flávio Santiago, afirmou que a previsão era a de que eles ficariam no país por uma semana, o que foi cumprido.

Nos últimos dias, a atuação da tropa israelense no resgate às vítimas foi menos intensa. De acordo com fontes ligadas à coordenação das operações, nem 10% do volume de equipamentos trazidos para a missão chegaram a ser desencaixotados. O equipamento aberto se resumiu a aparatos de sobrevivência. “Aqui, os israelenses eram autossuficientes. A comida deles, e até a água que bebiam, eram próprias. Não dependiam das forças brasileiras para nada. A única coisa que nos pediam era instruções sobre em quais pontos poderiam atuar”, disse um oficial brasileiro.

Segundo as fontes, a tropa passou pouco tempo em campo, ao passo que a permanência na Base Israel, montada num estádio de futebol próximo ao local da tragédia, era cada vez maior. “Apesar de serem bem tratados, os militares de Israel aparentavam estar ansiosos para trabalhar e não estavam confortáveis com sua subutilização”, disse outro oficial, também sob condição de anonimato.

No entanto, o clima entre os israelenses no Centro de Comando da Operação Brumadinho, na Base Israel e no teatro de operações aparentava ser extremamente amigável. A PM forneceu um helicóptero Esquilo do Instituto Estadual de Florestas (IEF) ao comando das tropas estrangeiras. O Exército também disponibilizou suas aeronaves para o deslocamento dos militares estrangeiros.

No Centro de Comando, os israelenses circulavam normalmente, sendo cumprimentados pelos socorristas brasileiros. A todo momento eram parados e gentilmente posavam para selfies. Os comandantes da operação e o comandante da força de Israel, o coronel Golan Vach, também se reuniram

diversas vezes e avançavam juntos pelas salas de comando, sempre aparentando alegria e posando para fotografias de seus próprios smartphones.

****Estagiário sob supervisão da subeditora Regina Werneck***

- **Minas lidera prioridades**

Mais da metade das barragens com ordem de fiscalização prioritária estão localizadas em Minas Gerais. De um total de 3.387 que deverão passar pelo pente-fino, 1.862 estão no estado (55%). Cinco estão na categoria de alto risco — essa classificação mede os níveis de problema que ela tem, incluindo a probabilidade de ruptura. Quatro de risco alto estão localizadas próximo a Belo Horizonte. Se a probabilidade de um rompimento iminente é realidade em poucas, o mesmo não ocorre com os estragos que um eventual acidente poderá acarretar. Todas as estruturas localizadas em território mineiro têm dano potencial associado, ou seja, riscos ambientais, econômicos e sociais, considerados altos, e representam 59% do total de barramentos no Brasil com essas características.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 01/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Mateus Parreiras

Título: Vida salva da lama

Salvar uma vida da lama de rejeitos, num desastre de magnitude como a de Brumadinho, não é algo corriqueiro, principalmente em vista da grande quantidade de mortos. Mas um dos socorristas não apenas salvou uma pessoa que quase morreu, como ainda reuniu uma família das várias que foram dilaceradas pela tragédia. O sargento Sérgio Natalino, do Batalhão de Rádio Patrulhamento Aéreo da Polícia Militar de Belo Horizonte resgatou Alessandra Paulista de Souza, 42 anos, que depois se reencontrou com a filha Talita Cristina de Oliveira Souza, de 15. Outra filha, Laís de Souza, de 14, porém, continua desaparecida.

Na sexta-feira, dia do rompimento da Barragem de Córrego do Feijão, o sargento foi enviado ao local da tragédia a bordo de um helicóptero da Polícia

Militar. Ao chegar, ele descreveu a situação como uma cena de guerra. “Fomos ajudar no resgate aos sobreviventes naquele primeiro momento. Quando chegamos, vimos tudo acabado, lama para todo lado. Os vilarejos e as casas sumiram, pontes caíram.”

Naquele dia, a aeronave embarcou dois bombeiros para serem lançados em campo. Foi então que a equipe avistou o que parecia ser um corpo no meio da lama. Os dois bombeiros desceram e o helicóptero teve de ficar pairando, pois o pouso na lama seria impossível.

Esperança

Ao ver que os bombeiros faziam manobras de reanimação numa mulher, o sargento Natalino desembarcou e ajudou a trazê-la para dentro da aeronave. “A gente sempre acredita que as pessoas poderão sobreviver, por isso, quando vemos que há esperança, não desistimos. Nosso papel é procurar e ajudar sem parar”, disse.

O sargento conta que a mulher estava tão suja, com uma grossa camada de lama de rejeitos, que ele não conseguia enxergar direito o seu rosto. “Foi quando percebi que ela mexeu a perna, tentando me ajudar a embarcá-la. Nesse momento, vi que era uma pessoa que poderia sobreviver e me agarrei a isso. Pensei: ‘ela está viva, graças a Deus’”, lembrou.

Enquanto era levada para o hospital, a mulher disse que se chamava Alessandra tinha 43 anos, e havia duas filhas na casa: Talita, de 15 anos, e Laís, de 14 anos. O militar disse que o caso foi um dos mais emocionantes da sua carreira. “Não apenas salvamos mais uma vida, como ajudamos uma família a se reencontrar, numa tragédia que separou tantos pais dos filhos. Tenho uma filha pequena e só de pensar em ela estar desaparecida, longe de mim, é devastador”, afirmou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 01/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Renan Damasceno/Luiz Ribeiro/Roger Dias

Título: Água representa risco à saúde

As perdas de vidas, materiais e a contaminação das águas vieram em escala industrial. A mancha de lama de restos de mineração lançados ao meio ambiente não para de avançar pelo Rio Paraopeba. Uma alta concentração de

metais pesados foi confirmada em boletim divulgado pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), após monitoramento do rio, realizado em conjunto com a Agência Nacional de Águas (ANA), o Serviço Geológico do Brasil (CPMR) e a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) desde o desastre, ocorrido na sexta-feira passada.

As maiores concentrações verificadas no Paraopeba, após a contaminação com a lama de rejeitos de minério, foram de chumbo e mercúrio, de 21 vezes acima do limite permitido pelas normas ambientais. Também foi constatada a presença no rio de outros metais, como níquel, cádmio e zinco, acima dos valores considerados toleráveis.

Diante dos resultados, o governo do estado alertou que a água do manancial “apresenta riscos à saúde humana e animal” e não deve ser consumida em estado bruto. A Defesa Civil atestou que nenhuma cidade do estado está sujeita a cortes de abastecimento, e que municípios que eventualmente façam captação no Paraopeba recorrerão a fontes alternativas enquanto os parâmetros estiverem alterados.

Já o abastecimento de pessoas e comunidades que usavam diretamente a água do rio deve ser suspenso de imediato. Para essas pessoas, o estado deve garantir o fornecimento com a ajuda de 50 caminhões-pipa e orientações de 40 técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater).

Distância

O governo estadual informou ainda que, diante dos resultados e “por segurança à população”, “deve ser respeitada uma área de 100 metros das margens” do Paraopeba. “O contato eventual não causa risco de morte. E para os bombeiros, que têm trabalhado em contato mais direto com o solo, a orientação da saúde é para que utilizem todos os equipamentos de segurança”, recomenda a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad).

Com uma área de quase 13 mil quilômetros quadrados, o Paraopeba passa por 48 cidades, sendo 35 na sede da bacia, atingindo as áreas central e oeste de Minas. É responsável por abastecer 2,3 milhões de pessoas. Diante das recomendações, vários municípios já se mobilizam em buscas de planos alternativos para que o abastecimento de água não seja interrompido. As iniciativas vão de criação de grandes reservatórios provisórios à utilização dos poços artesianos e outros mananciais para evitar eventuais problemas de falta de água no futuro.

Em nota, a Copasa assegurou que o fornecimento para a Região Metropolitana de Belo Horizonte não será modificado. A empresa conta para isso com as represas do Rio Manso, Serra Azul, Vargem das Flores e com a água do Rio das Velhas, feita em Nova Lima, sem barragem, em sistema conhecido como captação a fio d'água.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 01/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Renato Souza

Título: Vale quer acordo extrajudicial

O presidente da Vale, Fábio Schvartsman, disse ontem que a empresa pretende acelerar ao máximo o pagamento de indenizações às famílias das vítimas da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG). Segundo o executivo, a Vale vai abdicar de qualquer ação judicial sobre o caso e optará por acordos extrajudiciais.

O anúncio foi feito após reunião com a procuradora-geral da República, Raquel Dodge. “Falamos a ela sobre a nossa intenção. Queremos fazer acordos extrajudiciais e estamos buscando assinar, com a maior celeridade possível, ações com as autoridades do estado de Minas que permitam que a Vale comece imediatamente a fazer frente a este processo indenizatório”, disse.

Ele não deu detalhes de como vão ocorrer os acordos, se serão com cada família ou em grupo. Mas disse que a prioridade no momento é atender os feridos, desabrigados e famílias que perderam seus integrantes em decorrência do rompimento da barragem.

Sirene

Schvartsman afirmou que a sirene de emergência da empresa não tocou após o desabamento da Barragem 1, porque foi atingida pela lama. A força da onda de rejeitos de minério que atingiu a região varreu a sede administrativa da companhia, estradas e casas que encontrou pelo caminho. “Em geral, pelo que o histórico de rompimento de barragem demonstra, em geral, isso acontece aos poucos. Aqui aconteceu um fato que não é usual, houve um rompimento muito rápido da barragem. O problema é que a sirene que tocaria foi engolfada pela queda antes que ela pudesse tocar”, disse.

O presidente da mineradora afirmou ainda que “não teme a prisão de executivos da empresa”. Nesta semana, dois engenheiros, um geólogo e dois

gestores da organização foram presos preventivamente pela Polícia Federal. Além disso, Gerd Peter Poppinga, um dos representantes da Vale na interlocução da empresa com o governo em relação ao desastre, é réu no processo que trata do desabamento, em 2015, da barragem operada pela Samarco no município de Mariana (MG).

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 01/02/2019

Seção: Brasil

Autor:

Título: Rejeitos avançam

O monitoramento do Ministério de Minas e Energia informou ontem que os rejeitos da barragem da mina do Córrego do Feijão, da Vale, chegaram ao município de São José da Varginha, a 98 quilômetros de Brumadinho. A informação foi divulgada pela Secretaria de Comunicação do governo federal. O avanço da lama fez com que a cidade de Pará de Minas desativasse o sistema de abastecimento que vinha do Rio Paraopeba.

O diretor de Finanças da Vale, Luciano Siani, afirmou que a membrana de contenção instalada no rio na altura da cidade seria concluída ainda ontem, na tentativa de impedir que os rejeitos atrapalhassem a captação de água na cidade. No entanto, na noite de quarta-feira, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente já havia informado que suas equipes detectaram alterações na qualidade da água, e a classificaram como imprópria para consumo.

A Prefeitura de São Joaquim de Bicas, na Grande BH, desenvolveu ações provisórias para que o fornecimento de água não fosse interrompido. “Foram feitos vários abastecimentos por meio de caminhão-pipa. Usamos também vários reservatórios provisórios até que a situação se normalize”, afirmou o auxiliar da Secretaria de Obras, Pedro Henrique Resende Silva. O planejamento inicial da prefeitura é de que as medidas em caráter emergencial possam atender bem os mais de 25 mil habitantes.

As prefeituras de Esmeraldas, Ibirité e Moeda, também localizadas na Região Metropolitana da capital, optaram por não fazer alertas à população e vêm se amparando nos comunicados emitidos pela Copasa. As autoridades locais, no entanto, orientaram as comunidades sobre o risco grande de contaminação com o consumo impróprio de água do Paraopeba.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 01/02/2019****Seção: Brasil****Autor: Renato Souza****Título: Desastres terão observatório**

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, e a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, anunciaram a criação de um observatório para acompanhar casos de grande impacto social e de grande repercussão, como o incêndio na boate Kiss, em Santa Maria (RS), e os desabamentos de barragens em Mariana (MG), em 2015, e Brumadinho (MG), na semana passada. A intenção é evitar que os autores saiam impunes e ações fiquem paradas na Justiça.

De acordo com Toffoli, o Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão vai atuar com ações concretas e unificando ações judiciais para dar uma resposta a casos como o do rompimento da barragem em Brumadinho. O grupo será formado por integrantes dos conselhos Nacional de Justiça (CNJ) e do Ministério Público (CNMP).

Toffoli disse que recursos e atos judiciais têm dificultado a reparação às vítimas. “É uma forma de dar uma resposta, e também pedir desculpas pela demora no Judiciário. Situações como a de Mariana, o incêndio da boate Kiss e a chacina de Unai ainda não têm pessoas presas. Isso não pode acontecer e para isso criamos o observatório”, disse.

Raquel Dodge lamentou a tragédia e explicou que também serão tomadas medidas extrajudiciais por meio do órgão. “Esse desastre não é só ambiental, também é humano. São casos específicos envolvidos. Por isso, precisamos concentrar as ações para dar uma resposta por meio do sistema de Justiça”, afirmou.

A procuradora disse que ainda não sabe qual será o papel do observatório em relação à tragédia de Brumadinho, mas que pretende dar uma resposta rápida. “Em Brumadinho, não sabemos como será, mas apostamos em um caminho extrajudicial, negociação direta entre vítima e empresa, mas também com celeridade”, disse.

Na prática, 14 pessoas, entre juízes e conselheiros, vão acompanhar o andamento dos processos e apresentar medidas para dar celeridade às ações. De acordo com a portaria que oficializa a medida, as autoridades envolvidas

poderão propor normas para aperfeiçoamento de processos, integrar Judiciário e MP com sociedade civil, realizar estudo e monitoramento de casos de alta repercussão ambiental, econômica e social. (RS)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 01/02/2019

Seção: Negócios

Autor: Paula Pacheco

Título: Faltam fiscalização e punição para as empresas no Brasil

São Paulo — Os dois desastres ocorridos em barragens da Vale em pouco mais de três anos levantam dúvidas sobre o posicionamento das empresas brasileiras em relação à sustentabilidade. Estaria o setor produtivo do país pouco alinhado com o tema? O que aconteceu com a mineradora — uma das maiores do mundo — é regra ou exceção?

Professora de Sustentabilidade nos Negócios do Insper, Priscila Claro estuda o assunto há cerca de duas décadas. Hoje, avalia, as empresas brasileiras — pequenas, médias e grandes — estão alinhadas com o conceito de sustentabilidade e entenderam o seu significado do ponto de vista do impacto no negócio. O avanço do país nessa área se acentuou nos últimos 10 anos. “Um exemplo é de que muitas empresas brasileiras são reconhecidas no exterior, há bons exemplos”, diz.

O Índice de Sustentabilidade da Dow Jones faz uma avaliação constante do nível de comprometimento das empresas de capital aberto e divulga um ranking anual. Em 2018, 10 companhias nacionais estiveram entre as selecionadas na categoria de mercados emergentes. O domínio foi do setor financeiro, com nomes como Banco do Brasil, Bradesco e Itaú Unibanco. Petrobras, envolvida em escândalos de corrupção, apurados pela Operação Lava-Jato, e Vale, protagonista em um intervalo muito pequeno de tempo de dois escândalos socioambientais, já fizeram parte do índice, mas desapareceram das edições mais recentes.

Priscila participou de uma pesquisa realizada pela Rede Brasil do Pacto Global e Capítulo Brasileiro dos Princípios para Educação Empresarial Responsável, que mostrou como as corporações estão tratando as metas de sustentabilidade em suas estratégias. O resultado foi divulgado no fim do ano passado. Chega a cerca de 40% o número de empresas entrevistadas, de diferentes portes e segmentos, que já faz ou pretende fazer algo nessa direção. “Isso mostra que há muitos

pensando em adotar uma estratégia de sustentabilidade”.

Segundo a professora do Insper, o Brasil fica à frente de várias empresas americanas e europeias em quesitos de sustentabilidade, apesar de toda a “fraqueza das nossas instituições e os problemas ligados à corrupção.” As leis, afirma, são boas, mas precisam ser implementadas.

“Apesar do governo, das instituições fracas, o Brasil tem feito bastante. Mas é bom lembrar que o que acontece agora com Brumadinho e aconteceu em Mariana, acontece todo dia, em outras proporções, na Amazônia, com empresas explorando o que não é delas sem o risco de punição, por falta de fiscais.”

Uma forma de aumentar o comprometimento das empresas com o tema da sustentabilidade, segundo Priscila, é aumentar a responsabilização de executivos em caso de crimes corporativos, aumentando a punição. Por outro lado, defende a professora, falta também uma espécie de recompensa aos profissionais que zelam pela sustentabilidade em seus negócios. “Os executivos que fazem mais nessa área deveriam ter acesso a crédito mais barato, já que a chance de causarem riscos é menor”, pontua.

Haroldo Mattos de Lemos, coordenador do MBA Gestão Ambiental e Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (FGV), também aponta a legislação e a fiscalização como formas de pressionar para aumentar o engajamento com o tema no ambiente corporativo. “É fácil mostrar para as empresas que aquelas que cuidam da questão ambiental e dos aspectos sociais, ou seja, da sustentabilidade, são mais lucrativas do que as outras no longo prazo”.

Muitas empresas ainda não levam isso em consideração e olham apenas para o lucro de curto prazo, analisa o especialista da FGV. “A Vale decidiu apenas agora mudar suas barragens, que eram feitas em um modelo muito perigoso, adotado por ela por ser mais barato. No geral, diretores financeiros das empresas, que têm bônus no final do ano, não querem fazer gastos que impactem no resultado no fim do ano. Essa filosofia precisa ser mudada. Se não tomarem cuidados sociais e ambientais, as empresas estarão sempre sob o risco, como aconteceu como a Vale”, afirma Mattos de Lemos.

Lição

O coordenador da FGV avalia que setores que passaram por algum tipo de desastre, de uma forma geral, têm aprendido a lição e se esforçado para melhorar seus métodos. Ele cita o exemplo da Petrobras, que passou por vários problemas de vazamento. Em 2001, por exemplo, uma plataforma, a P-36, no litoral fluminense, afundou depois de três explosões, causando 11 mortes. Mas

a companhia de petróleo passou a investir mais nos cuidados ambientais e essas ameaças se tornaram cada vez mais raras. “Depois de vários problemas, o setor de petróleo e gás passou a levar mais a sério a sustentabilidade.”

Mattos de Lemos lembra que é comum em tempos de crise econômica, como a que o Brasil ainda enfrenta, que as empresas refaçam seus orçamentos e sacrifiquem duas áreas: meio ambiente e cultura. Ele alerta para os efeitos desse tipo de decisão e explica que a retomada do desenvolvimento do país deverá ter reflexos na volta dos investimentos nessas áreas.

A Sitawi, organização brasileira especialista em finanças sustentáveis, fez um levantamento que mostra como os investidores avaliam o potencial impacto aspectos como mudanças climáticas, gestão de lixo e uso de recursos naturais no desempenho dos negócios. As avaliações foram feitas para os seguintes setores: serviços especializados para o consumidor (educação), óleo e gás, construção (residencial), varejo, mineração, serviços de transporte, varejo de moda, metalurgia e siderurgia e produção de alimentos.

O levantamento, segundo Cristovão Alves, analista-chefe da Sitawi, mostra, por exemplo, como o setor de mineração está mais exposto a esse tipo de tragédia ambiental. “Não que seja mais grave quando acontece um acidente como o de Brumadinho do que se fosse com uma empresa de outro setor. Na verdade, esse é o tipo de risco já esperado pela natureza das operações de mineradoras. No caso da Vale, que é reincidente, o principal impacto na cabeça do investidor é de que essa é uma empresa mais arriscada, por isso ele passa a exigir uma melhor remuneração, um maior prêmio de risco”, explica.

Soma-se a isso uma série de incertezas sobre o que o acidente em Minas Gerais vai impactar quanto à fiscalização e legislação, além do impacto social. Por isso, Alves acredita que levará mais tempo para uma recuperação dos papéis da mineradora.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 01/02/2019

Seção: Negócios

Autor: Fabiana Alves

Título: Greenpeace apreensivo

>> entrevista Fabiana Alves ativista de Clima e Energia do Greenpeace Brasil

O Greenpeace, uma das maiores ONGs ligadas ao meio ambiente do mundo,

está acompanhando com muita preocupação o caso de Brumadinho e espera que todas as barragens da Vale tenham suas atividades suspensas até passarem por uma fiscalização. Para Fabiana Alves, ativista de Clima e Energia do Greenpeace Brasil, além da atividade de mineração, o país convive com problemas causados por outras atividades, como a de geração de energia a partir de combustíveis fósseis, as grandes hidrelétricas e o agronegócio. A seguir, trechos da entrevista com a porta-voz da ONG.

Quais são os setores da economia que causam mais passivos ambientais, tanto no Brasil quanto no exterior?

Sem dúvida, a mineração é um desses setores, mas não podemos nos esquecer do setor de energia, com grandes hidrelétricas que causam inúmeros problemas sociais e ambientais, os combustíveis fósseis (óleo, carvão e gás), além do setor agropecuário, que possui atividades que, se forem feitas de maneira errada, podem causar danos ambientais e sociais, como irrigação indiscriminada, alto uso de agrotóxicos e desmatamento.

Há algum tipo de mapeamento que mostre como as empresas têm evoluído no que diz respeito à preservação ambiental?

Infelizmente, o que vemos no Brasil é pouca evolução ao se constatar que empresas como a Vale causam desastres criminosos. A ligação política dessas grandes companhias acaba por fazer com que se tenha um entendimento de evolução socioambiental inexistente. As leis ambientais brasileiras nos últimos anos têm sofrido ataques da bancada ruralista no Congresso, como é o caso da tentativa ainda existente de flexibilizar o licenciamento ambiental. O desmatamento e a grilagem de terras ainda existem e causam conflitos no campo com vítimas constantes. Grandes mineradoras detêm o controle econômico de estados inteiros, como é o caso de Minas Gerais, e a Vale, e conseguem no Poder Legislativo a flexibilização de fiscalizações de seus empreendimentos. Dessa forma, é difícil constatar a evolução quando o jogo de poderes entre a sociedade brasileira atingida e as grandes companhias é tão desigual.

Quais são os problemas mais comuns quando relacionamos empresas aos problemas ambientais?

Há problemas como o deslocamento de populações para obras de infraestrutura, desmatamento e perda de biodiversidade, no caso de extrações de petróleo offshore, mudança de cursos de rios com barragens que afetam a produção de água, entre outros. Depois da obra implementada, a fiscalização independente é essencial para que normas de segurança sejam garantidas, para evitar desastres como os de Mariana e Brumadinho, que possuem proporções gigantescas.

Mudança na legislação resolveria os problemas que enfrentamos hoje no Brasil

ou há uma questão cultural também?

Não existe questão cultural, somos todos seres humanos iguais que queremos trabalho digno. A legislação é fraca e a fiscalização, quase inexistente. São poucos os fiscais de barragens distribuídos no país. Além disso, órgãos ambientais assistiram ao seu orçamento diminuir nos últimos anos. Deve haver investimento em política que garanta direitos sociais e ambientais, o que atualmente não há. O lobby das grandes empresas dentro de governos faz com que haja enfraquecimento de órgãos e da legislação, fazendo com que eles existam “para inglês ver”. Por isso, o Greenpeace pede para que todas as barragens da Vale, após o desastre em Brumadinho, sejam suspensas até serem fiscalizadas devidamente. As grandes corporações precisam começar a pagar o preço dos desastres causados.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 01/02/2019

Seção: Opinião

Autor:

Título: Medo que não cessa

Passada uma semana da tragédia que pode se transformar na maior catástrofe do setor minerário do Brasil, a cada dia, o medo só aumenta entre a população, depois do rompimento da barragem de rejeitos de minério em Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Medo da real probabilidade de novos desastres acontecerem diante da precariedade da segurança de milhares de estruturas de contenção de resíduos e água espalhadas por todas as regiões do país. Medo de não conseguirem retomar suas vidas, que tinham na bucólica localidade.

Os atingidos pelo mar de lama no distrito de Córrego do Feijão, onde morreram pelo menos 110 pessoas e 238 continuam desaparecidas, temem pelo futuro, pois perderam tudo e já vislumbram a luta inglória que terão para conseguir, nos tribunais, uma justa indenização dos responsáveis por tamanha tragédia. Isso porque sabem que, até hoje, a grande maioria das vítimas do estouro da Barragem do Fundão, no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, há três anos, nada recebeu devido a ações judiciais protelatórias movidas pelas empresas mineradoras. Desastre que ceifou a vida de 19 pessoas e devastou, ambiental, social e economicamente, parte da região central de Minas e todo o Vale do Rio Doce, com a lama tóxica chegando ao Oceano Atlântico, no Espírito Santo.

O medo dos moradores das regiões próximas às barragens se justifica plenamente. De acordo com levantamento da Agência Nacional das Águas

(ANA), em todo o país existem 3.387 estruturas de contenção enquadradas na categoria de risco alto ou com dano potencial associado alto — desse total, 1.118 são classificadas como de alto risco de rompimento. São cerca de 3,5 milhões de brasileiros que vivem em cidades com barragens que podem se romper, sendo que muitas apresentam falhas estruturais como infiltrações, rachaduras e falta de documentação comprobatória da segurança dessas estruturas. E, por incrível que pareça, a de Brumadinho era considerada de baixo risco.

Em Minas, palco das duas últimas tragédias em zonas de mineração, causa maior apreensão e medo, atualmente, a situação da Barragem Casa de Pedra, em Congonhas, a chamada Cidade dos Profetas — lá se encontra o Santuário Bom Jesus do Matosinho, patrimônio cultural da humanidade, título concedido pela Unesco. Além da Casa de Pedra, bem maior do que a de Brumadinho e que se ergue a poucas centenas de metros das primeiras habitações da cidade, outras 23 estruturas com potencial para causar estragos encontram-se na área de mineração. Chama a atenção o fato de que empresas que exploram minério de ferro na região já foram multadas por descumprimento das normas de segurança.

A boa notícia, dada só depois da catástrofe do Córrego do Feijão, é de que a Casa de Pedra será desativada. O mesmo acontecerá com outras barragens consideradas perigosas no estado, mas tal decisão por parte das mineradoras deveria ter sido tomada há três anos, logo depois do desastre em Mariana, e não somente após a tragédia humanitária e ambiental de Brumadinho. Que os responsáveis pelas tragédias não desenvolvam suas atividades visando apenas o lucro, custe o que custar. Afinal, o ser humano e o meio ambiente estão acima dos ganhos econômicos e não podem, de forma alguma, ser ignorados.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 01/02/2019

Seção: Opinião

Autor: Roberto Fonseca

Título: Tristes histórias

Diferentes destinos se cruzaram em meio à maior tragédia ambiental e trabalhista do Brasil. Entre mortos e desaparecidos, são 348 pessoas pelas quais os familiares aguardam algum tipo de resposta das autoridades. Gente que estava trabalhando nas proximidades da barragem da Vale, em Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, morava por ali ou tirava uns dias de férias nas pousadas da região.

As histórias das pessoas que perderam a vida na tragédia entristecem. Impossível não se emocionar ou não ficar com elas no pensamento. A da advogada, professora e secretária de Desenvolvimento Ambiental do município, Sirlei Brito Ribeiro, de 47 anos, é uma delas. Militante da causa dos animais e do meio ambiente, teve a chance de se salvar. Estava em casa com um jardineiro e uma empregada, quando o rapaz alertou para o barulho e a lama vindo na sequência. Todos saíram correndo. Sirlei resolveu voltar para socorrer a cadelinha de estimação. Acabou ficando presa nos rejeitos da barragem da Vale. “Morreu porque amava os animais”, disse um amigo no velório.

Há também as tristes coincidências. Leonardo Alves Diniz, técnico de manutenção, 33 anos, era para estar de folga no dia da tragédia. Tinha tirado a sexta-feira para renovar a carteira de trabalho e brincar com o filho de 7 anos. Precisou cancelar a programação pouco depois das 8h do dia 25 porque acabou convocado para dar plantão na empresa. Foi um dos primeiros corpos encontrados pelos bombeiros. A médica do trabalho Marcelle Porto Cangassu completou 35 anos na véspera do rompimento da barragem. A celebração do aniversário estava marcada para a noite do dia do acidente. “Estamos devastados”, afirmou um tio em uma rede social.

O número de mortos é bem maior do que o registrado em 2015, no rompimento da barragem da Samarco, que tinha o controle dividido entre a Vale e sua concorrente australiana, a BHP, quando 19 pessoas perderam a vida. Dessa forma, é possível cravar que a Vale, uma das maiores mineradoras do mundo, não aprendeu com a tragédia semelhante ocorrida em Mariana (MG) há pouco mais de 38 meses. Omissão? Descaso? Desinteresse?

Além disso, há a parcela da ausência do poder público na repetição da tragédia. O país tem apenas 35 fiscais para atuar nas 790 barragens de rejeitos de minérios semelhantes às de Brumadinho e Mariana. São 22 por servidor, em média. Considerando a dificuldade de deslocamento, seria praticamente impossível uma visita mensal a cada uma delas. Muito pouco, não é? Afinal, todos sabem que a condição de um terreno pode mudar de um mês para o outro, em caso de chuvas torrenciais. A falta de uma punição mais severa no caso ocorrido em 2005 também contribuiu. São 22 pessoas respondendo a processo na Justiça, mas nenhuma prisão. Será que a lição será aprendida desta vez?

MME / ASCOM .